

Relatório Setorial  
de Governo do Estado  
1975 a 1979

Secretaria do Estado  
dos Negócios  
do Interior

Governador do Estado

*Dr. Paulo Lydio Martins*

Secretário de Interior

*Dr. João Lopes Guimarães*

Presidente da Fundação Prefeito Faria Lima

*Dr. Vicente Greco Filho*

Superintendente da SUDÉLPA

*Dr. Agostinho F. Mingione*

Presidente da SETAŞA

*Dr. Osvaldo José*

# Índice

<i>Apresentação</i>	<i>Página 5</i>
<i>Secretaria do Estado dos Negócios do Interior</i>	<i>Página 7</i>
<i>SETASA</i>	<i>Página 13</i>
<i>Fundação Profeta Faria Lima</i>	<i>Página 16</i>
<i>SUDELPA</i>	<i>Página 24</i>

## ***Apresentação***

O trabalho desenvolvido por esta Secretaria ao longo destes quatro anos e ora aqui relatado, é fruto de harmoniosa equipe que se conseguiu formar, desde o mais humilde ao mais elevado servidor.

A esses servidores, portanto, nossos mais profundos agradecimentos.

Ao Deputado Raphael Badacci Filho, que foi titular desta Pasta, durante mais de três anos, e cuja equipe compusermos, até que il sucedêssemos, vai o melhor reconhecimento que aqui foi realizado.

Finalmente, há que se ressaltar a orientação, o apoio e o incentivo do Governador Paulo Egydio Martins - cuja obra administrativa a história há de registrar - como uma das maiores que São Paulo já teve - principal fator das realizações ora apresentadas.



## Secretaria de Estado dos Negócios do Interior

A Secretaria do Interior, em função das normas que regulam a sua atuação, principalmente com relação ao Decreto de nº 8.873, de 25 de outubro de 1976 e da Estratégia de Governo adotada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, tem suas atividades administrativas voltadas à realização das seguintes atividades-fins:

- Assistência Técnica de caráter essencialmente local aos Municípios, atividade esta planejada pelo departamento de Planejamento e Controle, e executada pelo Departamento de Ação Local, ambos órgãos da administração direta da Secretaria.
- Assistência Técnica aos Municípios de caráter essencialmente institucional, a cargo da Fundação Prefeito Faria Lima - CEFAM, envolvendo assistência técnica e jurídica aos Municípios, promoção e treinamento de pessoal das Prefeituras Municipais do interior do Estado.
- Desenvolvimento do Litoral Paulista, atividade executada pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA, e que envolve:
  - a) aspectos inter-municipais estritamente locais e infra-estruturais; principalmente nas áreas de saneamento e transportes, agricultura e abastecimento, ciência e tecnologia.
  - b) inter-relações entre a região litorânea e todas as demais regiões do Estado de São Paulo.
  - c) incentivo à iniciativa privada como forma de auxiliar o desenvolvimento econômico da região litorânea;
  - d) desenvolvimento social, mediante uma série de atividades conjuntas com outras Secretarias de Estado, nos campos de Promoção Social, de Educação, Trabalho e Saúde.
- Desenvolvimento de Sistemas de

Repetição e Retransmissão de televisão e serviços de telecomunicações do Estado. Esta atividade encontra-se hoje na fase de planejamento e execução estando a cargo do Serviço Especial de Telecomunicações do Estado de São Paulo S.A. - SETASA.

A SETASA - Serviço Especial de Telecomunicações do Estado de São Paulo S.A., criada em consonância com a política do Ministério das Comunicações - MINICOM, dentro do atual governo, tem como objetivo básico a oferta de serviços especiais de telecomunicações no Estado, entre os quais:

- a) repetição e retransmissão de sinais de televisão para toda a população interiorana do Estado;
- b) telecomunicações oficiais e transmissão de dados para os órgãos de administração direta e indireta do governo do Estado.

A SETASA foi criada, também, com base nas recomendações e conclusões apresentadas pelo Grupo de Trabalho das Telecomunicações, instituído pelo Decreto Estadual nº 6.316, de 19-06-1975 tendo como instrumento legal a Lei nº 4.117/62 - Código Brasileiro de Telecomunicações e dispositivos regulamentares posteriores. O Governo do Estado de São Paulo foi solicitado a participar, dentro da área de sua jurisdição, na solução de problemas afetos à pasta das Comunicações através do Aviso 138/75, de 10-06-1975, do Senhor Ministro das Comunicações ao Senhor Governador, e do ofício 118/73, de 12-08-1973, do DENTEL ao Governador do Estado.

A fim de adequar as redes de repetição e retransmissão de televisão e as redes isoladas de telecomunicações oficiais às diretrizes do Ministério das Comunicações, foi desenvolvido,

inicialmente, o Plano de Distribuição de Canais de Televisão em UHF - PLACAN e, em seguida, o Plano Integrado de Telecomunicações Oficiais do Estado de São Paulo elaborado pelo COETEL - Conselho Estadual de Telecomunicações foi compatibilizado com as necessidades reais e globais do Estado.

Objetivando uso mais racional dos meios de transmissão para os dois serviços, concebeu-se o Sistema Integrado Estadual de Telecomunicações. Este sistema prevê melhor utilização da infra-estrutura civil tomando-a, quando possível, suporte básico para os dois sistemas de televisão e de telecomunicações oficiais, pois, assim procedendo, propiciará à SETASA a adoção de um plano de manutenção regionalizado e menos oneroso.

• Até 4 de agosto de 1978, a Secretaria do Interior era ainda responsável pelo desenvolvimento do Programa de Habitação Popular de responsabilidade da Companhia Estadual de Casas Populares - CECAP, criada pela Lei nº 905, de 18 de dezembro de 1975, cujo acionista majoritário é o Governo do Estado de São Paulo e que tem por objetivos:

- a) Planejar e executar as atividades necessárias à elaboração de planos, programas e projetos habitacionais de interesse do Estado de São Paulo;
- b) Executar o PLANHAP - Plano Nacional de Habitação Popular no Estado de São Paulo, conjuntamente com o Plano de Habitação do Estado de São Paulo, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado;
- c) Adquirir, parcelar e urbanizar glebas de terra, dotando-as, em conjunto com as Prefeituras Municipais, de infra-estrutura e de equipamentos comunitários, necessários à implantação dos planos habitacionais supra citados.

## Departamento de Planejamento e Controle

O Departamento de Planejamento e Controle é órgão diretamente subordinado ao Secretário do Interior, cabendo-lhe por imposição do Decreto nº 8.873, de 25/10/1976, que reorganiza a Secretaria do Interior, analisar e diagnosticar as necessidades de assistência técnica aos Municípios, encaminhar planos e programas de assistência técnica ao Secretário, elaborar normas e procedimentos para a uniformização da execução da assistência técnica aos Municípios e ainda acompanhar e controlar a execução dos planos e programas de assistência técnica.

O Departamento está implantado desde meados de 1977.

Fundamentalmente, o Departamento de Planejamento e Controle é revestido de características de atividade-meio, ou seja, deve suprir as necessidades dos Escritórios Regionais da Secretaria, de modo que estes possam exercer assistência técnica direta aos Municípios que o solicitarem.

O quadro básico de atribuições do Departamento é o seguinte:

- I - análise e diagnóstico das necessidades de assistência técnica por parte dos Municípios
- II - elaboração de planos e programas de assistência técnica
- III - implantação dos planos e programas através das Equipes Técnicas sediadas nos Escritórios Regionais

A atuação da Secretaria do Interior podem ser sintetizadas em atividades de Apoio ao Planejamento e Administração Municipal e Atuação Regional e Assistência Técnica aos Municípios.

Basicamente, o Departamento de

Planejamento e Controle realiza a função de - Apoio ao Planejamento e Administração Municipal, uma vez que lhe cabe manipular dados sobre os Municípios e a partir deles estabelecer os planos e programas de Assistência Técnica, que deverão ser gradativamente implantados pelos Escritórios Regionais.

A atuação regional e Assistência Técnica aos Municípios - está diretamente subordinada a atuação dos Escritórios Regionais, vinculados ao Departamento de Ação Local.

Os técnicos do Departamento prestam assistência técnica direta, quando solicitada pelos Municípios, sempre que os Escritórios Regionais não podem fazê-lo por falta de pessoal técnico.

### Atividades desenvolvidas pelo Departamento, por intermédio de seus Grupos Técnicos, desde a sua criação até a presente data.

#### Grupos Técnicos de Assistência Administrativa

- Estudos sobre a problemática da Administração Municipal, envolvendo pesquisas e levantamento sobre as necessidades dos Municípios
- Organização e indexação dos assuntos relacionados com Administração Municipal, constantes dos Pareceres Técnicos emitidos pelos Técnicos da Fundação Prefeito Faria Lima
- Estudos sobre a possibilidade de organização e implantação de um sistema de promúvul para cada Município, contendo todo tipo de informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos do Departamento
- Elaboração do Manual sobre

"Licitações", para utilização pelos técnicos sediados nos Escritórios Regionais da Secretaria do Interior

- Elaboração do Manual sobre o "ARE - Auxílio Rodoviário Estadual"
- Visitas aos Escritórios Regionais do Interior

#### Grupo Técnico de Planejamento Urbano

- Elaboração das plantas referentes ao Projeto de Moradias Econômicas, para distribuição aos Escritórios Regionais do Interior
- Atendimento Técnico, quanto ao Projeto de Moradias Econômicas, às seguintes entidades Municipais: Câmara Municipal de Jaguariúna, Câmara Municipal de São João da Boa Vista, Câmara Municipal de Americana, Prefeitura Municipal de Pádua, Prefeitura Municipal de Rio das Pedras, Prefeitura Municipal de Capivarã, Prefeitura Municipal de Itupeva, Prefeitura Municipal de Rafard, Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras, Prefeitura Municipal de Conchal
- Atendimento técnico, quanto ao Projeto de Lei de Loteamento, às seguintes entidades: Câmara Municipal de Jaguariúna, Câmara Municipal de São João da Boa Vista, Prefeitura Municipal de Americana
- Elaboração dos seguintes manuais, para distribuição aos Escritórios Regionais do Interior: "Ações da Petrobrás" - modalidades de transação "Defesa Civil" - Auxílio Especial do Governo para situações de emergência e da amizade pública

"Auxílio Especial do D.E.R." - procedimento para obtenção

#### Grupo Técnico de Orçamento e Contabilidade

- Coleta de dados para cálculos dos limites de endividamento dos Municípios, de conformidade com a Resolução nº 93 do Senado Federal, e procedidos os respectivos cálculos para os 571 municípios paulistas
- Participação na confecção do Manual "Calamidades Públicas e Defesa Civil" da Casa Militar do Palácio do Governo
- Atendimento técnico aos Prefeitos Municipais e Presidentes de Câmaras de Vereadores, que visitam este Departamento.
- Orientação técnica aos municípios, nos assuntos relacionados com o Orçamento Anual e Plurianual de Investimentos.
- Orientação técnica sobre a aplicação dos 20% da receita tributária no ensino de 1º grau
- Orientação técnica aos municípios sobre a Prestação de Contas Municipais
- Participação de seus técnicos em vários seminários e cursos referentes à área de especialização do Grupo Técnico
- Visitas dos técnicos do Grupo aos Municípios da: Álvares Machado, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Presidente Venceslau, Santo Expedito, Marabá Paulista, Caiuá, Piquerobi, Regente Feijó, Martinópolis, Rancharia, João Ramalho, Iepá, Naranjinha, Pirapozinho, Estrela do Norte, Anhumas, Caiabá, Sandovalina, Taciba, Tarabá, Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema.

#### Departamento de Ação Local

O Departamento de Ação Local está

subordinado diretamente ao Secretário do Interior, conforme Decreto nº 8.873 de 25-10-1976, que reorganiza a Secretaria do Interior. Cabe ao Departamento de Ação Local executar, através dos Escritórios Regionais do Interior, os planos e programas elaborados pelo Departamento de Planejamento e Controle, coordenar, acompanhar e controlar a atuação Técnico-Administrativa dos Escritórios Regionais da Secretaria.

As atribuições básicas do Departamento de Ação Local são as seguintes:

• executar, através dos Escritórios Regionais do Interior os planos e programas elaborados pelo Departamento de Planejamento e Controle;

• coordenar e acompanhar a atuação técnico-administrativa dos Escritórios Regionais;

• receber e encaminhar solicitações dirigidas pelos Municípios, à Secretaria Interior;

• executar, por meio da Equipe Técnica Regional, os planos e programas de assistência técnica nas áreas de administração, orçamento

e contabilidade e planejamento urbano aos Municípios da Região

Atividades desenvolvidas pelo Departamento de Ação Local.

No âmbito de suas atribuições o Departamento de Ação Local, preocupou-se fundamentalmente com:

- a execução da política do Governo do Estado na Assistência aos municípios;
- a prestação de Assistência aos municípios em assunto de natureza social, técnica, econômica e administrativa, por solicitação dos Prefeitos e das Câmaras Municipais;
- a promoção de pesquisas básicas que visem ao desenvolvimento harmônico dos municípios do Estado de São Paulo.

Sob este espírito, destaca-se que o Departamento, através da Seção de Apoio às Autoridades Municipais, realizou: 7.398 atendimentos às autoridades Municipais, quando de suas permanências na Capital, nas atividades de redação e datilografia de ofícios e reivindicações e, também, no acompanhamento pessoal dessas Autoridades em outros órgãos públicos da Administração Direta e Indireta;

6.784 Reivindicações recebidas e encaminhadas às demais Secretarias do Estado e a outros órgãos da Administração Indireta, encarregando-se de realizar o devido acompanhamento

Atividades desenvolvidas pelo Departamento, por intermédio dos Escritórios Regionais do Interior até a presente data

Participação nas reuniões periódicas de Diretores das Divisões sediadas nas regiões Administrativas, com o principal objetivo de levantar problemas específicos de cada Secretaria de Estado e apresentação de possíveis soluções;

- Colaboração com as Associações Regionais de Municípios, na elaboração de Estatutos, Regimentos Internos, Reuniões, etc
- Colaboração na programação e coordenação de celebrações dos Municípios, por ocasião de festas municipais, das quais podemos citar: aniversário, emancipação política, criação de comarcas, etc

Atividades desenvolvidas pela Assistência Técnica do Departamento

- Estudo e seleção de Decretos do Executivo e Leis do Legislativo Estadual, de interesse dos municípios, que são publicadas diariamente no Diário Oficial do Estado. Estes estudos são remetidos aos Escritórios Regionais, que por sua vez os repassam às Prefeituras e Câmaras Municipais de suas áreas de atuação;
- Estudos de Resoluções, Portarias das Secretarias de Estado, e convênios estaduais de forma a orientar e informar as administrações municipais;
- Coleta de informações, estudos, pareceres e comunicados do Tribunal de Contas do Estado e da União, bem como os da Fundação Prefeito Faria Lima e de outras instituições vinculadas à área de Administração Municipal;
- Análise dos relatórios mensais de

atividades dos Escritórios Regionais.

Atividades desenvolvidas pelo Departamento de Ação Local, em mútua colaboração com o Gabinete da Secretaria do Interior

- levantamento, em todos os municípios do Estado, da composição das mesas das Câmaras Municipais;
- distribuição e coleta de fichas M1 e M2, com fornecimento de dados para alimentar o Sistema Estadual de Dados e Análise Estatística do Estado de São Paulo

Atividades do Departamento de Ação Local em mútua colaboração com a Fundação Prefeito Faria Lima

- participação ativa do pessoal dos Escritórios Regionais e da sede do Departamento, nos 12 (doze) seminários e 8 (oito) reuniões sub-regionais para Prefeitos, Vereadores e Funcionários Municipais, as quais contaram com a participação de:
  - 542 - Prefeitos Municipais
  - 3.040 - Vereadores
  - 2.255 - funcionários municipais, o que totaliza:
  - 5.837 - participantes
- distribuição e coleta dos questionários sobre Realidade Administrativa Municipal nas Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado;
- distribuição e coleta dos questionários para Cadastramento de funcionários de Prefeituras e Câmaras do Estado.

Atividades desenvolvidas pelo Departamento de Ação Local em mútua colaboração com o Departamento de Planejamento e Controle



- elaboração de estudos, pesquisas e pareceres, especialmente sobre Orçamento e Contabilidade, Legislação Municipal, Tributos Municipais, Organização Administrativa, Planejamento Local e Integrado de Serviços Municipais;
- assessoramento aos órgãos públicos na elaboração da legislação e fixação de política pertinente aos Municípios;
- sistematização e divulgação da experiência técnica já desenvolvida aos Municípios;
- a manutenção de intercâmbio técnico e cultural com organizações congêneres;
- atendimento às necessidades técnicas da Administração Municipal, especialmente a programas próprios ou abordados a nível federal, estadual;
- participação em atividades relacionadas com seus objetivos, promovidas por

entidades públicas ou privadas. Com o grande apoio recebido do Governo do Estado o CEPAM obteve, pelo Decreto nº 9.799 de 13 de maio de 1977, permissão de uso do imóvel situado na Cidade Universitária, para as obras finais se encontram em fase de conclusão. Concomitantemente, executou-se a construção do prédio da Escola de Administração Municipal. A administração da Fundação sob o impacto de uma melhor estrutura funcional, em prédio próprio, prevê substancial aumento de suas atividades, projetando para o período de governo o aumento de 10.000 consultas verbais e de cerca de 2.000 consultas por escrito. O resultado de atividades desenvolvidas pela Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM encontra-se resumidas nos quadros anexos.

## Cursos realizados em 1975

Nº	Área	Local	Municípios Atendidos	Nº Participantes
06	Contabilidade Orçamentária e Financeira Públicas	São Paulo	287	938
07	Tributos Municipais	Marília	97	147
08	Legislação Municipal	São Paulo	97	145
09	Urbanismo	São Paulo	117	227
10	Total		601	1.467

## Cursos realizados em 1976

Nº	Área	Local	Municípios Atendidos	Nº Participantes
06	Contabilidade Orçamentária e Financeira Públicas	Em todas as regiões das regiões administrativas	116	1.637
07	Administração Pública	Araras	24	109
08	Tributos Municipais	Pres. Prudente	97	171
09	Legislação Municipal	São Paulo	98	282
10	Total		335	2.209

## Cursos realizados em 1977

Nº	Área	Local	Municípios Atendidos	Nº Participantes
06	Contabilidade Orçamentária e Financeira Públicas	São Paulo	668	930
07	Administração Pública	Araras	116	133
08	Tributos Municipais	São Paulo	98	156
09	Legislação Municipal	São Paulo	98	201
09	Urbanismo	São Paulo	87	326
09	Materiais de Administração Municipal	São Paulo	17	15
10	Total		1.084	1.761

## Cursos realizados em 1978

Nº	Área	Local	Municípios Atendidos	Nº Participantes
06	Contabilidade Orçamentária e Financeira Públicas	Em todas as regiões das regiões administrativas	871	1.418
07	Administração Pública	São Paulo	121	1.048
08	Tributos Municipais	São Paulo	116	260
09	Legislação Municipal	Em todas as regiões das regiões administrativas	123	334
09	Urbanismo	Araras	185	689
09	Contabilidade e de legislação municipal	São Paulo	17	127
09	Requisitos de administração municipal	São Paulo	11	13
10	Total		1.372	3.629

## Totais de realizações

	1975	1976	1977	1978
Consultas verbais	1.727	1.789	1.746	1.674
Por escrito	110	487	1.156	200
Assessoria "in loco"	47	26	61	645
Reuniões	03	04	14	05
Reuniões "in loco"	180	603	2.110	497
Reuniões	04	26	19	07
Seminários	1.000	273	6.703	174

Obs: • No exercício de 1977 adotou-se uma estratégia de maior aproximação em função do início dos mandatos, consubstanciada em Reuniões Regionais e Sessões especiais aos Prefeitos e Vereadores eleitos.  
• Mantida a estratégia de atuação, destacou-se a ênfase no assessoramento direto "in loco" às municipalidades.

Instituída a Fundação, sentiu-se que a sede própria era uma exigência ao desenvolvimento do trabalho proposto. Para tanto, escolheu-se o imóvel situado na Cidade Universitária, levando-se em consideração o ambiente acadêmico científico lá existente.

Este imóvel inicialmente pertencia a Superintendência de Controle de Endemias - SUCEM, anteriormente administrado pela CFTESB, a qual não vinha utilizando-o por dificuldades de acesso. Assim sendo, o Senhor Governador concedeu permissão de uso através do Decreto n.º 9.899, de 13 de maio de 1977.

No momento está a depender da lavratura de escritura, já que foi autorizada a transferência do terreno de 16.000 m<sup>2</sup>, pela Lei n.º 1.838, de 7 de novembro de 1976. Além disto, encontram-se também superadas as dificuldades, após gestões desenvolvidas junto ao Senhor Governador e o Reitor da Universidade de São Paulo, obtendo-se o acesso necessário à, em conseqüência abriu-se um amplo relacionamento entre a Entidade e a Prefeitura da USP.

Os 16.000 m<sup>2</sup> estão distribuídos da seguinte modo:

**Sede:** 5.600 m<sup>2</sup> em dois pavimentos, que sofreram adaptações físicas para utilização, dispondo ainda de ar condicionado central com capacidade de 110 toneladas de refrigeração, um pátio de estacionamento para 70 vagas e uma central de PABX.

**Creche, garagem e casa do Zelador:** 1.800 m<sup>2</sup> de área construída, dispondo de uma moderna creche para os filhos dos seus funcionários, de pessoal especializado para o atendimento

de garagem para vinte veículos e uma confortável casa para o zelador.

**Escola:** encontra-se em andamento a construção de 1.500 m<sup>2</sup> em dois pavimentos e com estrutura para ampliação. Está prevista a sua conclusão para o primeiro decanato de março de 1979, contando com:

- quatro salas de aulas para sessenta alunos cada,
- estrutura de apoio e de funcionamento da Escola,
- área para ocupação pela Superintendência de Recursos Humanos - SRH,
- recursos audiovisuais,
- laboratório fotográfico.

**Auditório:** Dispõe de dois pequenos auditórios para 70 participantes, e está se projetando para construção, anexo à escola, um auditório com 250 lugares. Encontra-se, atualmente, em fase de detalhamento para execução.

#### Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA

A Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA desenvolveu seus trabalhos segundo dois prismas: investimentos em serviços de manutenção e conservação da infra-estrutura viária com o objetivo de estancar a deterioração regional e obter reflexos econômicos imediatos e investimentos de ampliação e criação de serviços ou capital social básico obtivendo resultados imediatos na ativação da economia do Vale do Ribeira e Litoral Paulista. Sob este prisma os objetivos da SUDELPA

são os de evidenciar os problemas do Litoral Paulista e Vale do Ribeira que estão a merecer soluções compatíveis com as necessidades ali constatadas. Quanto as diretrizes adotadas a SUDELPA se propõe a fixar as prioridades de atendimento de tais necessidades nomeando, portanto, as atividades a serem desenvolvidas pela SUDELPA de forma supletiva à atuação de outros órgãos do Estado nas mesmas áreas.

A SUDELPA vem apresentando recomendações para aqueles órgãos no sentido de em conjunto procurarem soluções para os problemas encontrados. Os objetivos e diretrizes da SUDELPA estão consubstanciados no PLADEL, Plano de Desenvolvimento do Litoral - nas áreas de Desenvolvimento Rodoviário, Ensino, Saúde, Desenvolvimento Econômico - Agricultura Pecuária e Pesca e Desenvolvimento Urbano. Em função dos parâmetros estabelecidos pela Estratégia de Governo publicado no Diário Oficial de 16-04-75, a atuação da SUDELPA pode ser classificada em 3 grandes setores:

- Setor Social
- Setor Econômico e de Infra-estrutura
- Setor Administrativo

A distribuição das aplicações de capital em obras e projetos por setores, perlatem um dispêndio de mais de Cr\$ 550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de cruzeiros) dos quais 55,12% são aplicados no Setor de Transportes (obras viárias ou seja na execução de estradas pavimentadas e pontes). Apesar da forte concentração de recursos em obras viárias é de se destacar o setor de saneamento com uma participação de 18,53% cujas obras e projetos atendem diretamente a uma melhoria na qualidade de vida da população regional de toda a

área de atuação da SUDELPA. Os valores acima citados estão distribuídos da seguinte forma:

Setor	Valor	%
Administração	1.285.952,00	2,31
Saúde	11.544.907,00	2,12
Agricultura	28.489.000,00	5,18
Desenvolvimento Urbano	17.877.000,00	3,24
Saneamento	102.811.507,00	18,53
Transportes	304.807.738,00	55,12
Outros	14.251.192,00	2,58
TOTAL	554.875.297,00	100,00

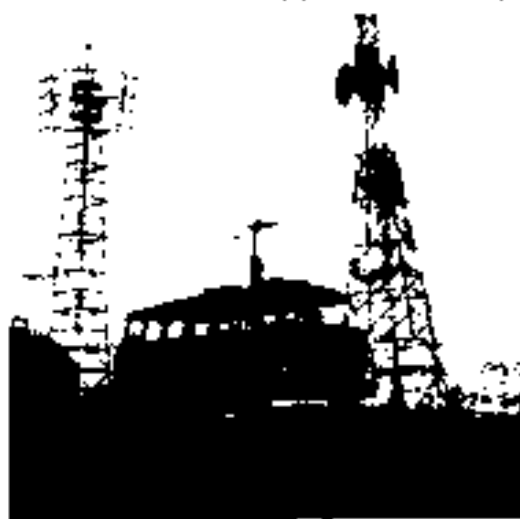
As realizações da SUDELPA no período 1975 a 1978 - Governo Paulo Egydio Martins, por setor de atuação governamental e respectiva área estratégica são a seguir sintetizadas de acordo com a metodologia adotada no documento Estratégia de Governo, acima referido.

SETOR SOCIAL	
Educação	
Escolas Públicas - 73 escolas municipais do Vale do Ribeira e Litoral	Total: Cr\$ 7.982.750,00
SAÚDE	
Posto Saúde - Vila Rica e Marabá - 15	Total: Cr\$ 13.134.852,00
SANEAMENTO	
36 obras em projetos em diversos municípios	Total: Cr\$ 104.617.577,00
PRODUÇÃO SOCIAL	
Desenvolvimento da pesca artesanal - Orlas e Ilhas - 130	Total: Cr\$ 13.134.852,00
Administração Municipal - 242.751	
Administração Distrital - 31.605	
Multiplicação de recursos - 384.381	
SETOR ECONÔMICO - OBRAS E PROJETOS	
Transportes	
Construção de mercados municipais, feiras livres, mercados	Total: Cr\$ 102.988,00
DESENVOLVIMENTO URBANO	
Realização de projetos de construção de Ferrão da Reparação	Total: Cr\$ 102.988,00
Outros projetos urbanos	Total: Cr\$ 102.988,00
SAÚDE	
73 obras em diversos municípios do Vale do Ribeira e Litoral	Total: Cr\$ 17.877.000,00
TRANSPORTES	
Construção de estradas	Total: Cr\$ 304.807.738,00
Construção de pontes	Total: Cr\$ 304.807.738,00
CONSTRUÇÃO DE OBRAS - Pontes e Estradas e outros obras	
Construção de pontes e estradas e outros obras	Total: Cr\$ 304.807.738,00

## Programa de repetição e retransmissão de televisão

O PLACAN, que faz parte de uma das primeiras tabelas da SETASA e submetido à análise do Ministério das Comunicações em agosto de 1977, procurou distribuir de forma racional os canais (14 a 83) alocados pela União Internacional de Telecomunicações para retransmissão e formação dos enlaces necessários à sua alimentação em todo o Estado. Sem o PLACAN, o telespectador estará correndo o risco de encontrar o espaço perdido, a ponto de não poder receber sinais de TV em condições consideradas tecnicamente satisfatórias. O PLACAN propõe a constituição de 9 famílias de 8 canais por família, distribuídas em 35 células dentro de critérios de qualidade (padrão CCIR), proteção e interferência, economia (compromisso entre potência do transmissor, ganho e diagrama de irradiação da antena, altura da torre e área de cobertura) e capacidade de industrialização de equipamentos no país. Para a ativação das células de retransmissão, conforme as características supra, é requerida a alimentação de seus núcleos. Isto pode ser feito através de troncos de microondas ou enlaces em UHF, que transportarão sinais das emissoras até cada uma das estações retransmissoras (vide mapa anexo). Esse sistema de transporte de sinais teve as seguintes denominações: Tronco Norte, Oeste, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira. Enquanto o PLACAN era apreciado pelo Ministério das Comunicações, a SETASA elaborou os projetos dos troncos Vale do Paraíba e Vale do Ribeira, que, porém, não pode ser implantado principalmente devido às restrições à importação de

Tronco retransmissor de repetição de televisão em Itaipava (Vale do Paraíba)



equipamentos. Mesmo diante das dificuldades financeiras ocasionadas pela retração da economia mundial, a SETASA estabeleceu, no começo de 1978, um esquema de composição de recursos (60% das prefeituras e 40% do tesouro estadual) destinados à implantação de sistemas de retransmissão nas seguintes áreas: Litoral Norte (Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba), Baixada Santista (Praia Grande, Itanhaém e Peruibe), Ilhura e São Roque. Essa conjugação de esforços. Prefeituras e SETASA permitiu a implantação de sistemas com a retransmissão de canais conforme o quadro anexo I. Dentro do esquema análogo foram iniciados estudos destinados a melhoria e regulação de estações na rota Bauru, Lins, Araçatuba e Andradina, hoje operada pelo Consórcio de Repetição e Retransmissão de TV - (SERTEPAR). Para garantir a qualidade de imagem nas áreas objeto da empresa e ao desenvolvimento de estudos de proteção

e interferência nas faixas de UHF e VHF comparados às normas internacionais e às condições topográficas e meteorológicas locais, a SETASA equipou uma viatura para testes com equipamentos cedidos pela BBC - British Broadcasting Corporation, em convênio com a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Ministério das Comunicações.

Ademais, devido à natural complexidade do problema, a SETASA tem contribuído diretamente com o Ministério das Comunicações na elaboração de Normas, tem como serviço de intermediação na coordenação de problemas do setor, com participação de prefeituras, emissoras e fabricantes.

## Telecomunicações oficiais

O Plano Integrado de Telecomunicações Oficiais do Estado de São Paulo, preparado pelo COETEL - Conselho Estadual de Telecomunicações, em 1976, constitui o documento básico, a partir do qual a SETASA se vale para a implantação das redes de emergência/segurança e

Tronco repetição de repetição de televisão



rede administrativa do Governo estadual. Esse Plano se propõe a integrar, em um único sistema de uso privativo de órgãos do governo, o serviço especial denominado - Correspondência Oficial (COI), de necessidade dos três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. As pequenas redes existentes hoje permitem, normalmente, uma comunicação vertical dentro de cada entidade, portanto, com restrições geográficas e funcionais.

A característica básica do Sistema Integrado de Telecomunicações Oficiais é aquela onde as comunicações entre os diversos órgãos da administração estadual poderão ser realizadas entre quaisquer pontos do Estado, bem como entre quaisquer entidades, evitando, assim, o congestionamento da rede pública. Após a pré-qualificação de empresas de consultoria e realizada a indispensável concorrência pública, a SETASA contratou, em 25.10.1978, a firma Companhia Internacional de Engenharia, que ficou com a incumbência de desenvolver, em 240 dias o respectivo projeto. Seguindo as diretrizes do Ministério das Comunicações, a SETASA prevê, como meio básico de transporte de sinais, as linhas privadas locais e interurbanas LPL e LPI alugadas da empresa concessionária dos serviços públicos de telefonia. A instalação de centrais privadas, dentro de uma ordem hierárquica e distribuídas entre os 571 municípios, permitirá a realização de comunicações no sentido horizontal, independentemente do grau de saturação das centrais, bem como dos circuitos da rede pública. Durante o preparo do edital de Concorrência Pública para a contratação do projeto do sistema integrado de telecomunicações oficiais, seu julgamento

em adjudicação, acompanhado de providências junto a FINEPIBADESP para o seu financiamento, foram regularizadas

numerosas redes de rádio, consideradas prioritárias junto ao órgão fiscalizador - DENTEL, da forma indicada no quadro anexo II.

## Anexo I

Programa de instalação e operação de Estações Repetidoras e Repetidoras de Televisão de 1º Trimestre de 1979

Repetição/funcion.	Cobertura com base das emissoras de Rádio			
	7	4	1	13
Litoral Norte				
Santosópolis (1)				
Caraguatatuba (2)	•	•		•
Litoral Sul (3)	•	•		•
São Sebastião (4)	•	•		•
Itanhaém (5)	•	•		•
Paraty (6)	•	•		•
Barra do Saierê				
Serra do Paranaguá (1)	•	•	•	•
Forte Itaipu (Praia Grande) (2)	•	•	•	•
Montezuma (3)	•	•	•	•
Itanhaém (4)	•	•	•	•
Paraty (5)	•	•	•	•
Itaipu (6)	•	•	•	•
São Roque (7)	•	•	•	•

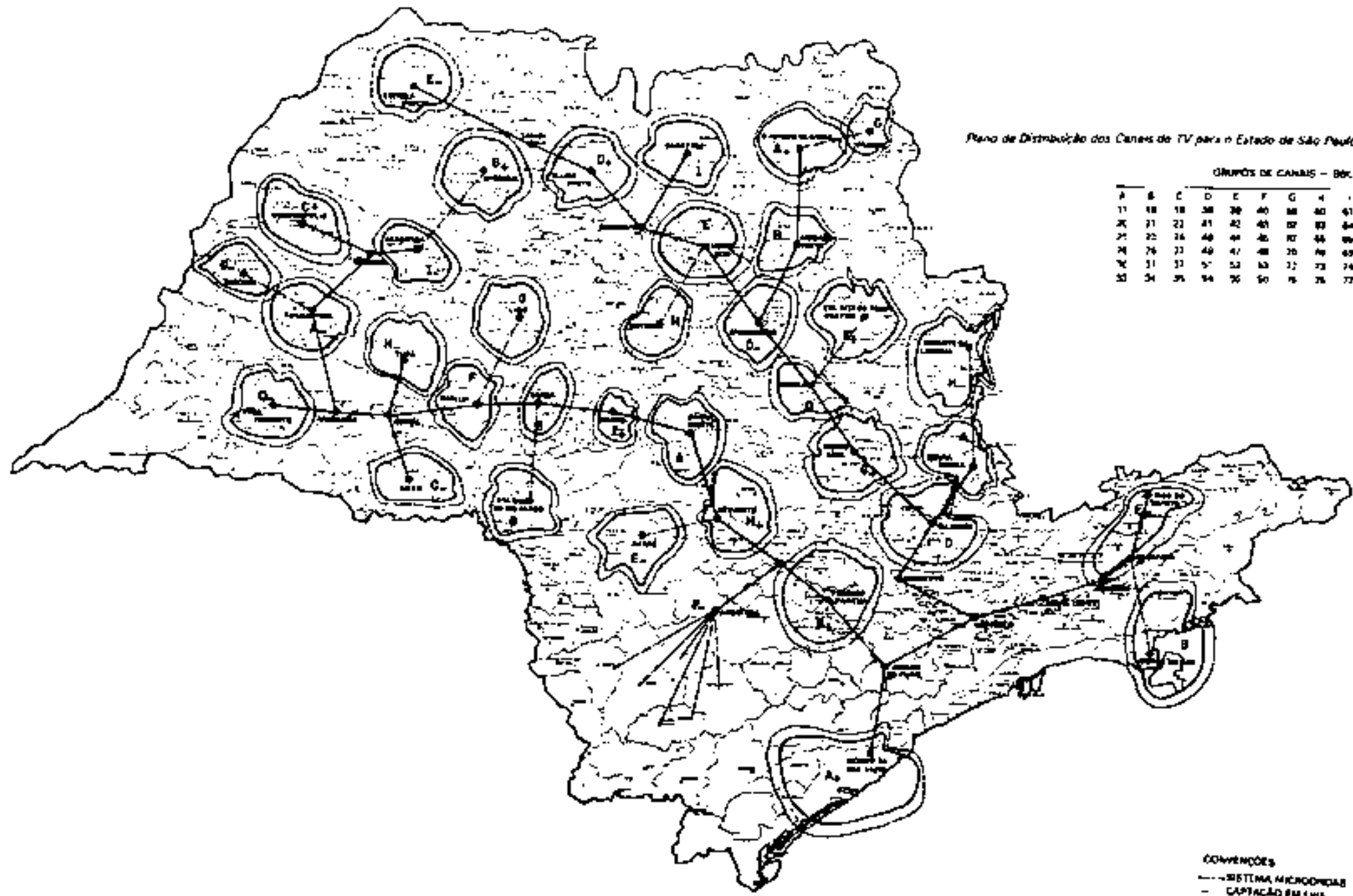
XX - Ponto de repetição  
 (X) - Ponto de retransmissão  
 X - Área de recepção



## Anexo II

Projeto de rede e regularização de Estações de Rádio

Estação	Nº de Estações		Observações
	Fixas	Móveis	
			1979
Sec. Governador	1	2	Atenuação de 60dB (REBRATEL) Para recepção de Estações Costeiras - Litoral Norte
Sec. Obras e Meio Ambiente			Est. para comunicação
DAEE	3		Map. Ponta Nova e Map. Taipuópolis
Sec. Transportes			
DABSP (3 projetos)	22	20	Segurança e comunicação de emergência
DER - DERSA	12 + 3	6 + 50	Segurança e proteção de rotinas
Sec. Cultura Ciência e Tecnologia	3	1	Ampliação de rede das emissoras
Sec. Agricultura			Sistema de informações sobre preços de produtos agrícolas
EA	46		
Sec. Segurança Pública			
PM - RP	82	1600	Segurança
Corpo de Bombeiros 40ª GI Itaipu	18	77	Emergência
PM	18	176	Segurança
Sec. Promoção Social			
PIBEM	1	4	Sistema operacional
Sec. do Meio Ambiente			Sistema operacional para controle de emissões no Litoral Paulista
SUCELPA	1	8	
Sec. Fazenda			
GRF	18	18	Fiscalização e arrecadação
Universidade de São Paulo			
Instituto Oceanográfico	1	4	Para as oceanógrafas
			1977
Sec. Segurança Pública			
PM - RP	82	240	Segurança
Corpo de Bombeiros (Coatim)	21	280	Emergência
Universidade de São Paulo			
FUNDOSP	1	1	Segurança
Sec. Obras e Meio Ambiente			
SABESP - Litoral Norte e Baía de Santos	21	16	Ocupação e de atendimento ao público
Vale do Ribeira	8	7	
Botucatu	1	4	
Grande São Paulo	116	290	
GR - Sorocaba	3	3	Emergência - controle das enchentes



Plano de Distribuição dos Canais de TV para o Estado de São Paulo

GRUPOS DE CANAIS - B01

A	B	C	D	E	F	G	H	I
11	18	19	38	39	40	58	60	61
21	21	22	41	42	43	57	59	64
24	25	26	46	47	48	62	63	66
28	29	31	49	51	52	65	67	69
30	31	32	53	54	55	71	72	74
33	34	35	56	59	60	75	76	77

CONVENÇÕES  
 --- SISTEMA MICRODIFUSÃO  
 - CAPTAÇÃO FM LHA  
 LONTOANO 86 dBμ  
 EDIÇÃO 70 dBμ

# Fundação Prefeito Faria Lima

## Atividades Realizadas 1.975

De acordo com as diretrizes fixadas pelo Governo do Estado de São Paulo e sob a orientação do Sr. Secretário do Interior, o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, instituído pelo Decreto n.º 49.092, de 21 de dezembro de 1967, e que se destina às pesquisas, estudos e ensino de modernos métodos de administração pública, prestando assistência técnica aos Municípios, desenvolveu, no período assinalado, as atividades que se resumem de acordo com os setores em:

- Orientação escrita, através de pareceres a autoridades municipais, respondendo às consultas formuladas sobre a Legislação Municipal - Direito Municipal e suas múltiplas conexões com todos os ramos do Direito Público e Privado, (Direito Administrativo, Constitucional, Eleitoral, Previdenciário, Trabalhista, Civil, Comercial, etc.), Orçamento e Contabilidade e Direito Tributário.  
Total de pareceres emitidos: 310
- Orientação verbal, atendendo a consultas formuladas pelas autoridades municipais e funcionários, para resolver problemas mais simples e de resolução pacífica.  
Total de consultas verbais: 1222
- Assistência Técnica "in loco": No decorrer do ano, foram visitados pelos técnicos do CEPAM vários Municípios.  
Total de Municípios atendidos: 47
- Formação e Treinamento de Administradores Municipais. A Secretaria do Interior, por intermédio do CEPAM, com o objetivo principal de treinar e atualizar autoridades e servidores municipais, nas melhores técnicas desse nível de Administração, promoveu diversos seminários, cursos e reuniões

regionais com a participação de consideráveis contingentes de alunos dos mais longínquos Municípios, conforme relação a seguir:

### Cursos

- Curso de Legislação Municipal para Procuradores;
  - Curso de Legislação Municipal para Servidores;  
Curso de Institucionalização da Classificação Funcional Programática Portaria Ministerial n.º 3, de 28.01.74;
  - Curso Sobre Tramitação do Orçamento nas Câmaras Municipais;
  - Curso Sobre Contabilidade Pública a Nível Municipal;
  - Curso Sobre Programação Financeira a Nível Municipal;
  - Curso Sobre Prestação de Contas e Encerramento do Exercício a Nível Municipal;
  - Curso Sobre Sistemática de Prestação de Contas dos Municípios ao Tribunal de Contas do Estado;
  - 14.º Curso de Orientação Metodológica de Elaboração do PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
  - 16.º Curso para orientar os administradores municipais no tocante à elaboração dos instrumentos legislativos, administrativos e financeiros para desenvolvimento urbano;
  - Orientação Metodológica para Programação do Setor Social Municipal;
  - Avaliação dos Resultados dos Cursos de Orientação Metodológica para Elaboração do PDDI
- Objetivos:
- a) examinar o destino que foi dado aos planos elaborados através dos cursos
  - b) pesquisar os resultados obtidos em termos de atualização de diretrizes e programas, formação de

pessoal da Prefeitura e implantação de programas.

- c) levantar as dificuldades encontradas pelo Poder Público em todos os escalões administrativos e executivos;
- d) estabelecer, eventualmente, uma reestruturação da metodologia adotada;
- e) detectar falhas existentes nos cursos.

- Curso de Orçamento Metodológico de Elaboração do PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- Sistemática para Implantação e Controle dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado;
- Curso Técnico para Estruturar as Bases Necessárias para Executores de Obras Municipais;
- Curso de Orientação Metodológica para Elaboração do Cadastro Técnico Municipal.

Total de Cursos: 18

Total de Participantes: 1558

### Seminários Realizados

- Seminário Sobre Licitação e Contratos Administrativos;
  - Seminário Sobre Desapropriação;
  - Seminário Sobre Previdência Social;
  - Seminário Para Novos Prefeitos
- Total de seminários: 04  
Total de Municípios: 1200

### Reuniões Regionais

Nestas reuniões foram promovidos seminários sobre assuntos de Legislação Municipal, Orçamento e Contabilidade, Tributos, bem como debates sobre questões formuladas pelos participantes.

Total de reuniões: 03  
Total de participantes: 380

• **Elaboração dos seguintes documentos (Manuais Simplificados):**

- Dívida Ativa e sua Execução;
- Licitação de Obras e Serviços Públicos;
- Programas de Financiamento de Interesse Municipal;
- Legislação sobre o Planejamento do Solo;
- Administração e Controle de Obras Particulares;
- Especificações Técnicas e Fiscalização de Projetos, Obras e Serviços Realizados por Terceiros;
- Administração e Conservação de Vias Públicas e Estradas Municipais e Financiamentos Disponíveis;

**Apostilas:**

- Classificação Funcional Programática - de acordo com a Portaria nº 08, de 28.01.74;
- Instruções para Elaboração do Programa de Aplicação do Fundo de Participação dos Municípios;
- Manual sobre Metodologia para Elaboração de Projetos Executivos Setoriais a nível de Administração Municipal

**Objetivo:** Estabelecer esquema para maior eficácia da Administração Municipal nos campos de sua atuação tradicional - Serviços Públicos. Este material de apoio atende aos Municípios com população abrangendo de 15.000 a 50.000 habitantes, na área de sua competência em termos de organização, legislação, fiscalização e controle.

- Elaboração de comunicatos sobre nova legislação em vigor e atinente à matéria tributária. Todas as vezes que são editadas leis, com novas orientações, estes setores elaboram comunicatos informando às autoridades municipais.

• **Participação em Congresso:**

O CEPAM, através de seus técnicos,

participou dos seguintes eventos:

- I Congresso Brasileiro de Planejamento e I Seminário de Planejamento de os Países Del Cono Sur

Período: 25 a 31 de maio

Local: Porto Alegre - RS

- XIX Congresso Estadual dos Municípios

Período: 11 a 19 de maio

Local: Campos do Jordão - SP

- XVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência

Período: 09 a 17 de julho

- XVI Congresso da Associação Internacional de Pesquisas Hidráulicas

Período: 27 de junho a 1º de agosto

Local: São Paulo

- Curso Sobre a Classificação Funcional Programática realizado pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP

Período: 04 a 08 de agosto

Local: Brasília - DF

- **Documentação:** Dentro de seus objetivos, o CEPAM instituiu um novo setor, o de Documentação Jurídica, com a incumbência de realizar estudos e pesquisas que facilitem a assistência técnica, prestada pelo órgão aos Municípios, manter contato com os órgãos congêneres da Administração Pública, promover estudos e pesquisas de interesse municipal, visando a difusão, aperfeiçoamento e intercâmbio de conhecimentos e experiências em assuntos municipais, para colaborar com os serviços técnicos da Secretaria do Interior, do CEPAM e demais órgãos estaduais e federais de assistência técnica e jurídica aos Municípios.

Atividades realizadas no período de Janeiro a maio de 1976

• **Assistência Técnica aos Municípios**

**através de Pareceres**

Total ..... 157

• **Consultas verbais**

Total .. ..... 745

• **Assistência "in loco"**

Total ..... 16

• **Formação e Treinamento de Administradores Municipais**

• **Cursos**

- Curso de Especialização em Direito Administrativo

- Curso de Direito Tributário - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

- Curso Sobre a Parte Geral do Código Tributário

- Curso Sobre Sistemática de Contas e os Relatórios dos Fundos, Auxílios e Subvenções

- Curso de Tecnologia de Orçamento-Programa.

Total de Cursos: 05

Total de Participantes: 657

**Reuniões Regionais**

- 04 Reuniões Regionais

Total de Participantes: 386

Total de Municípios: 84

**Promoção de Estudos e Pesquisas de Interesse Municipal - O Planejamento das cidades - assunto de mais alta relevância e bastante atual - vem sendo muito estudado e pesquisado pelos técnicos do Setor de Planejamento Local Integrado, visando aplicar a melhor técnica às peculiaridades municipais, transformando as pesquisas elaboradas em trabalhos acessíveis à elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado. Para este fim, foram realizadas as seguintes pesquisas de interesse:**

- Capacidade de Endividamento dos Municípios;

- Metodologia para Avaliação e Seleção dos Projetos;

- Pesquisa para Avaliação dos Resultados dos Cursos de PDOT;

- Imposto Sobre a Propriedade e a Extrafiscalidade;

- Pesquisa Sobre Previdência Social.

• **Publicações de Interesse Municipal:**

Diversos foram os trabalhos preparados, redigidos e distribuídos às municipalidades do Estado de São Paulo e também a diversas entidades de outras unidades da Federação, pela Secretaria do Interior, por intermédio do Serviço de Publicações, que integra a estrutura administrativa do CEPAM, destacando-se entre elas, as seguintes:

- Boletim do Interior nº 44;
- Classificação Funcional Programática;
- Lei 4320/64;
- Lei Orgânica dos Municípios;
- Lei nº 1.189;
- Decretos-leis 200 e 201
- Apostilas sobre Orçamento-Programa a Nível Municipal;
- Índices Urbanísticos;
- Seminário "O Solo Criado";
- Uso do Solo Urbano;
- Cadastros Municipais;
- Ato nº 06 do Poder Executivo;
- Financiamento Público a Nível Municipal;
- Diversos Sem-riários;
- Resolução 62/75;
- Conclusões do 1º Seminário Municipal de Orçamento Público;
- Formulário de Pesquisa de Ocupação Urbana;
- Curso de Organização Territorial;
- Código de Obras (Mogi-Guaçu)

• **Intercâmbio de Experiência Técnica:**

Durante este período foram mantidos frequentes contatos através de correspondências, visitas, participação em cursos, seminários e reuniões, com objetivo de intercâmbio de informações

técnicas e estudos sobre assuntos de interesse comum com entidades como:

- Instituto Brasileiro de Administração Municipal;
- Associação Paulista de Municípios;
- FAMEPAR - Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná;
- Fundação João Pinheiro - BH (MG);
- Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

As equipes técnicas dos cinco setores do CEPAM participaram dos seguintes conclaves, com o objetivo de se aperfeiçoarem a fim de prestar, com mais eficiência, o assessoramento técnico de que são incumbidos:

- Congresso Estadual dos Municípios - Guarujá;
- I Reunião Latino-Americana de Direito Tributário - Porto Alegre - RS;
- Seminário CFMUAM/IBAM: Promoção do Seminário "O Solo Crudo";
- Promoção dos Seminários Sobre Implantação do PDDI - Guarujá e Ilhabela.

• **Documentação:** - Durante este período, os assuntos mais procurados foram: Legislação Municipal, Pareceres do CEPAM, Direito Civil, Penal, Processual, Administrativo, Tributário, Público, Financeiro e Constitucional, II PND; PDDI; CLT; Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo; Lei Orgânica dos Municípios, etc.

As pesquisas foram as seguintes:

- Lei de criação dos negócios metropolitanos;
- Lei de criação da SUDELPA;
- Lei de criação da CECAP;
- Legislação sobre Água;
- Legislação sobre terrenos de marinha;
- Legislação sobre turismo;
- Lei eleitoral.

#### Atividades Realizadas Período de junho a dezembro de 1976

A Fundação CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, instituída pela Lei nº 907, de 18 de dezembro de 1975, passou a atuar como tal a partir do dia 1º de junho de 1976, e se diferencia do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, basicamente, pela alteração da estrutura administrativa, uma vez que os serviços a serem prestados são de mesma natureza e os objetivos permaneceram os mesmos. Todavia houve grande atuação na metodologia dos trabalhos de assistência técnica aos Municípios, provocada pela restauração de uma verdadeira escola de Administração Municipal.

A Fundação CEPAM tem por objetivos primordiais:

- a difusão da técnica da administração municipal;
  - a prestação de assistência técnica aos Municípios;
  - a promoção de estudos e pesquisas;
  - elaboração e divulgação de documentos técnicos, formação e treinamento de pessoal;
  - outras atividades pertinentes à Administração Municipal.
- O Decreto nº 7.919, de 13 de maio de 1976, aprovou os estatutos da Fundação CEPAM, pessoa jurídica dotada de autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Esse estatuto, além de definir os objetivos da Fundação, explora as atividades a serem realizadas para consecução dos mesmos:
- promoção de cursos regulares de Administração municipal;
  - cursos de complementação para a

formação de profissionais ligados à Administração Municipal, de nível médio e superior;

- cursos destinados a pessoal responsável pela prestação de assistência técnica;
  - cursos destinados a servidores municipais;
  - simpósios, certames, seminários, reuniões e congressos, visando à difusão, aperfeiçoamento e intercâmbio de conhecimento e experiência em assuntos municipais;
  - elaboração de documentos para prestação de assistência e a difusão da técnica de Administração Municipal;
  - elaboração de estudos, pesquisas e pareceres, especialmente sobre: Orçamento e Contabilidade, Legislação Municipal, Tributos Municipais, Organização Administrativa, Planejamento Local e Integrado de Serviços Municipais;
  - assessoramento aos órgãos públicos na elaboração da legislação e fixação da política pertinente aos Municípios;
  - sistematização e divulgação da experiência técnica já desenvolvida aos Municípios;
  - a manutenção de intercâmbio técnico e cultural com organizações congêneres;
  - atendimento às necessidades técnicas da Administração Municipal, relativamente a programas próprios ou elaborados a nível federal e estadual;
  - participação em atividades relacionadas com seus objetivos, promovidas por Entidades Públicas ou privadas.
- Obs.: Através da Lei nº 1251, de 30 de dezembro de 1976, houve alteração na denominação, passando a denominar-se Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal.

As atividades realizadas pela Fundação CEPAM podem ser sintetizadas como segue:

**Superintendência de Recursos Humanos** - A Superintendência de Recursos Humanos tem por objetivos tanto o desenvolvimento de cursos destinados à formação e aperfeiçoamento de servidores municipais, como, também, o fornecimento de orientação técnica ao pessoal responsável pela assistência, através da realização de cursos específicos.

Através dos cursos de formação, pretende a S.R.H. transmitir conhecimentos principais sobre a problemática municipal, a partir do estágio primário de conhecimento. Já por meio dos cursos de aperfeiçoamento, procura-se obter o aperfeiçoamento dos funcionários com formação na área em referência.

a) Cursos promovidos:

- Curso de Orçamento-Programa: Classificação Funcional;
- Curso sobre Tecnologia de Orçamento-Programa;
- Curso de Direito Administrativo;
- Curso de Direito Tributário;
- Curso de Orçamento-Programa;
- Curso de Tramitação do Orçamento;
- Curso de Direito Administrativo;
- Curso sobre Alterações Havidas, em decorrência da Portaria Ministerial nº 64, de 12/06/76, bem como da Portaria nº 65, de 14/07/76, da SOF;
- Curso de Direito Tributário para Funcionários Municipais;
- Curso de Orçamento-Programa;
- Curso de Tributos;
- Curso sobre Direito Público para Procuradores Municipais;
- Curso sobre Encerramento do Exercício - Sistemática da Prestação de Contas aos Egrégios Tribunais de Contas da União e

do Estado.  
Total de Cursos: 13  
Total de Participantes: 1638

b) Seminários:  
- Seminário "O Solo Criado", em  
colaboração com a Superintendência de  
Estudos e Pesquisas  
Total de Participantes: 353

#### Cursos Realizados em 1.977

- "Organização Municipal"
- "Ciclo de Conferências sobre o Solo Criado"
- "Orçamento-Programa a Nível Municipal"
- "Orçamento-Programa a Nível Municipal"
- "Orçamento-Programa a Nível Municipal"
- "Orçamento-Programa a Nível Municipal"
- Curso Regular de Administração Municipal
- "Revisão e Elaboração de Códigos Tributários Municipais"
- "Ordenamento Técnico-Jurídico do Orçamento da Despesa"
- "Contabilidade Pública Programada a Nível Municipal"
- "Contabilidade Pública Programada a Nível Municipal"
- "Contabilidade Pública Programada a Nível Municipal"
- "Contabilidade Pública Programada a Nível Municipal"
- "Contabilidade Pública Programada a Nível Municipal"
- "Legislação Municipal"
- "Direito Tributário"
- "Encerramento do Exercício - Sistemática da Prestação de Contas - Relatório dos Fundos, Auxílios e/ou Subvenções"
- "Como Preservar a História, a Paisagem e os Locais Significativos de Nossas

#### Cidades"

- "Orçamento-Programa a Nível Municipal"
- "Orçamento-Programa a Nível Municipal"
- "Elaboração de Um Programa de Governo - Orientação Metodológica"
- "Curso sobre Legislação, Orçamento e Tributos Municipais"
- Palestra Sobre Orçamento-Programa
- Painel sobre Prestação de Contas - com a co-participação da Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos
- "Gerentes de Projetos Integrados" - Em co-participação com o Banco Nacional de Habitação
- Quinzena de Participação Comunitária para o Desenvolvimento da Criança - X Seminário de Participação Comunitária - em co-participação com o FASPG - Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo
- "Curso Sobre Direito Municipal" - em co-participação com a Faculdade de Direito de Osasco
- "Curso de Extensão Cultural para Procuradores Municipais" com a co-participação da Associação dos Advogados da Prefeitura de São Paulo

Total de cursos ... .. 27  
Total de participantes ... .. 1.741

#### Seminários Realizados

- Seminário Sobre Desempenhos das Prefeituras e o Desenvolvimento Urbano - Eliminação do Imposto Predial
  - Seminário Sobre Ilhas e Terrenos de Marinha.
- Total de Seminários: 02  
Total de Participantes: 172

#### Atividades Realizadas em 1.978

- Curso: "Informativo Sobre Operação de Crédito aos Municípios"
- Curso: "Legislação Municipal"
- Curso: "Sistemática da Prestação de Contas"
- Curso: "Direito Tributário Municipal"
- Curso: "O Controle do Uso do Solo como Instrumento para uma Cidade Melhor"
- "Orçamento-Programa a Nível Municipal"
- Curso: "Administração Municipal"
- Curso: "Curso Por Correspondência de Redação Oficial"
- Curso: "Modificação do Esquema de Classificação Orçamentária da Despesa por Elementos"
- Curso: "Como Preservar a História, a Paisagem e os Locais Significativos de Nossas Cidades"
- Curso: "Administração de Material a Nível Municipal"
- Curso: "Turismo como Fonte de Desenvolvimento e Recursos"
- Curso de Aspectos da Previdência Social Urbana
- Curso de Orçamento-Programa
- Curso de Atualização de Códigos Tributários Municipais
- Curso de Orçamento-Programa - Prazual de Investimentos
- Treinamento dos Funcionários da Prefeitura de Friburgo
- Curso de Contabilidade Pública Programada a Nível Municipal
- Curso de Atualização Gramatical
- Curso sobre Rotinas Trabalhistas em co-participação com a Federação de Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP
- Curso de Planejamento Operativo em cooperação com a Assessoria de

#### Planejamento e Coordenação do Estado do Acre

- Curso sobre Execução Orçamentária a Nível Municipal
  - Curso Sobre Direito Urbano
  - Curso Sobre Direito Municipal
  - Curso para Atualização de Regimento Interno de Câmara
  - II Curso Regular de Administração
- Total de Cursos ..... 37  
Total de Participantes ..... 3629

#### Superintendência de Assistência Técnica - A Superintendência de Assistência Técnica cuida de prestar assessoramento às Prefeituras e Câmaras Municipais, em todos os setores de sua atividade

Para isto, atende às consultas verbais e escritas, emitindo pareceres técnicos sobre tributos em geral, servidores públicos, processo legislativo, licitações, contratos administrativos, direitos e responsabilidades de Prefeitos e Vereadores, prestação de serviços públicos, orçamento, contabilidade, planos de aplicação de recursos transferidos, prestação de contas em geral, questões de planejamento local, desenvolvimento urbano etc.

Além disso, prepara comunicados a respeito de alterações havidas na legislação, atendimentos jurisprudenciais, instruções de entidades administrativas que afetam o Município e, quando necessário, envia técnicos a determinada Prefeitura ou Câmara, para prestar assistência "in loco".

a) Atividades junto a outros Estados:

**Consultas verbais.**

Mato Grosso, Rio Grande do Sul  
Paraná, Minas Gerais, Bahia, Rio de  
Janeiro, Santa Catarina, Pará

**- Aulas:**

Convênios DEPAM - Secretaria de  
Planejamento do Estado de Alagoas,  
Associação de Câmaras Municipais de  
Santa Catarina.

**b) Atividades realizadas pela  
Superintendência de Assistência  
Técnica:**

- Consultas verbais atendidas pelos  
Técnicos da Fundação  
Total: 1.004
- Pareceres emitidos: 285
- Assistência "in loco" aos  
Municípios: 20

**Atividades Realizadas em 1977**

**Relação de Seminários**

"Seminário Para Níveis Prefeitos"

"Seminário Para Novos Vereadores"

Total de Seminários: 13

Total de Participantes: 6221

Total de Municípios convidados: 571

Total de Consultas atendidas: 1311

Obs: Estes seminários foram realizados  
em convênio com o Ministério do  
Interior, como programa especial

- **Reuniões Regionais** - Objetivando o  
aproveitamento de toda a estrutura  
montada para a realização do Seminário  
Para Novos Vereadores, bem como o da  
presença da equipe técnica da Fundação  
nas Regiões Administrativas,  
promoveu-se, paralelamente as  
reuniões Regionais para Prefeitos e  
Funcionários Municipais, como uma  
atividade complementar ao "Seminário  
Para Novos Prefeitos" realizado no início  
do ano, no Palácio das Convenções do

**Arhemila na Capital**

Os resultados alcançados ultrapassaram  
as expectativas mais otimistas, uma vez  
que os objetivos propostos no  
Seminário, realizado na capital, foram  
reiterados, havendo uma continuidade  
de propósitos, que redundou no  
aprofundamento das informações e na  
atualização das diretrizes administrativas  
da estrutura de suporte levada pelos  
técnicos na Fundação, dentro da  
exposição de matérias no âmbito  
municipal, tais como orçamento,  
planejamento, legislação, tributos, etc.  
Positivo, também, foi o relacionamento  
propiciado às Municipalidades e aos  
órgãos de níveis estadual e federal,  
participantes, com vistas às ações que  
necessariamente devem ser tomadas  
conjuntamente.

**Demonstrativo Geral:**

Região: 11 Regiões Administrativas e o  
Município de Registro

Evento: "Reunión Regional"

Data: de 12/03/77 a 25/06/77

Nº de Participantes: 2.354

Municípios Convidados: 571

Total de Consultas Atendidas: 574

- Total de consultas atendidas em  
"Reuniões Regionais" com Prefeitos,  
Assessores e Funcionários Municipais,  
no Projeto "Seminário Para Novos  
Vereadores", no período de 11/03/77 a  
25/06/77.

Total: 1882

Obs: Estão excluídas deste total as  
"Reuniões Regionais de: Itapeva,  
Casa Branca, Lucélia, Tequaringa,  
Guaratinguetá e Ourinhos

- **Processos para fornecimento de parecer  
técnico**, visando orientar as Prefeituras  
para solução de problemas específicos: 1.156
- **Consultas verbais**, atendidas pelos  
técnicos da Fundação: 3.188

• **Assistência "in loco" aos Municípios: 67**

• **A Superintendência de Assistência  
Técnica esteve presente nos seguintes  
eventos:**

- Participação no 5º Encontro de  
Administradores Municipais, abordando  
os temas: Planejamento Municipal e  
Responsabilidade dos Prefeitos.  
Goiânia - GO

- Participação no Congresso Nacional de  
Vereadores, abordando o tema:  
Remuneração de Vereadores.

Local: Salvador - Bahia

Período: 16 a 19 de agosto de 1977

Encontro realizado entre a Fundação  
Prefeito Faria Lima e a Secretaria da  
Fazenda, levado a efeito pela Gerência  
da Unidade de Tributos sobre ICM,  
Hidrometros e Implicações com o  
Governo Municipal.

Local: São Paulo - SP

Data: 25 de outubro de 1977

- **Seminário Sobre Desempenho das  
Prefeituras e o Desenvolvimento Urbano  
Eliminação de Imposto Predial**

Local: Aribau

Período: 14 a 17 de outubro de 1977

- **Simpósio sobre Direito Tributário  
PIS/PASEP**

Período: 22 a 23 de outubro de 1977

Local: São Paulo

- Participação no 1º Congresso Cristão dos  
Vereadores Católicos do Brasil,

Local: Aparecida do Norte

Período: 23 a 24 de novembro de 1977

- **Seminário sobre Ilhas e Terrenos de  
Marinha**

Local: Ilhabela

Período: 25 a 27 de outubro de 1977

- **III SEMOP - Seminário Municipal de  
Orçamento Público**

Local: São Sebastião

Período: 1º a 04 de dezembro de 1977

Participação no 1º Encontro Regional de

**Estudos Contábeis**

Local: Faculdade de Ciências Contábeis  
do Litoral Santista

Período: 15 a 18 de novembro de 1977

**Atividades Realizadas em 1978**

A SA1, prosseguindo com suas  
realizações, desenvolveu o Projeto de  
Assistência Técnica "in loco", em  
Convênio com o Ministério do Interior,  
durante o primeiro semestre do ano em  
curso, independentemente das consultas  
verbais, emissão de pareceres e  
assistência "in loco"

Este projeto tinha por objetivos:

- intensificar a assistência aos Municípios  
do Estado de São Paulo,
- estabelecer maior intercâmbio entre a  
Fundação - ERINS e a área federal,  
beneficiando a todos os 571 Municípios  
do Estado;
- fornecer subsídios para programações  
posteriores.

Total de atendimentos por região:

R <sub>1</sub> - São Paulo	- 36
R <sub>2</sub> - Santos	- 14
R <sub>3</sub> - São José dos Campos	- 32
R <sub>4</sub> - Sorocaba	- 54
R <sub>5</sub> - Campinas	- 82
R <sub>6</sub> - Ribeirão Preto	- 51
R <sub>7</sub> - Bauru	- 31
R <sub>8</sub> - São José dos Rio Preto	- 85
R <sub>9</sub> - Araçatuba	- 35
R <sub>10</sub> - Presidente Prudente	- 50
R <sub>11</sub> - Marília	- 45

Total de municípios visitados

- 515

Percentual de visitas

- 90%

• **Emissão de Pareceres**

Total: 700

• **Consultas verbais**

Total: 1825

• **Assistência "in loco"**

Total de Municípios visitados: 130

• **Reuniões Regionais**

Total de Participantes: 497

- **Participação em outros eventos:**
  - Participação no III Seminário de Prefeitos de Mato Grosso Local Aquidauana Período: 07 de abril
  - Congresso de Prefeitos e Vereadores Local: Foz do Iguaçu Período: 17 a 19 de maio
  - I Seminário Nacional de Classificação de Despesa Local: Curitiba Período: 21 a 26 de maio
  - II Congresso de Vereadores Local: Serra Negra Período: 22 a 26 de maio
  - I Seminário Municipal de Contabilidade Pública Local: Águas de São Pedro Período: 27 a 30 de junho
  - XV Congresso Nacional de Vereadores Local: Camború Período: 15 a 19 de agosto
  - Encontro de Secretários de Finanças das Capitais Local: João Pessoa Período: 18 a 24 de setembro
  - Seminário de Desenvolvimento Urbano Local: Porto Alegre Período: 02 a 06 de outubro

**Superintendência de Estudos e Pesquisas** - A Superintendência de Estudos e Pesquisas - SEP - tem por atribuição o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da Administração Municipal, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e rural. Promove, ainda, a elaboração e divulgação de documentos técnicos. As pesquisas têm sido de dois tipos:

- As aplicadas, fruto de solicitação pelas Administrações locais, desenvolvidas ao lado dessas e voltadas para a solução de problemas locais específicos, como, por exemplo, as que fornecem elementos

que estão permitindo a elaboração das legislações do "Uso do Solo" para as estâncias banheiras, climáticas e hidrominerais

- As demais são de caráter genérico e visam identificar fatores, meios, e instrumentos que possibilitem novas condições de atuação para qualquer Município. É o caso de estudos para barateamento dos serviços públicos, ou sobre fonte de recursos municipais. Estes trabalhos são executados, geralmente, em razão de:
  - solicitação das Prefeituras;
  - assuntos de interesse da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e da Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal;
  - contratos, convênios e financiamentos.

#### Projetos e Pesquisas:

- Aspectos Jurídicos do "Solo Criado";
- Estudo e Pesquisa sobre Custos dos Serviços Municipais, visando seu barateamento;
- Estudo e Pesquisa sobre as Carências Administrativas das Cidades Pequenas, que dificultam o seu desenvolvimento, visando estabelecer programas para seu aperfeiçoamento;
- Formação de Gerentes para Projeto CURA;
- Criação de uma Escola Profissionalizante na área de Administração Municipal;
- Pesquisa Aplicada em São Sebastião para Desenvolvimento de Projetos específicos;
- Necessidades das Administrações Locais com respeito a cursos;
- Novos Recursos Financeiros aos Municípios;
- Legislação para Estância Hidrominerais (Serra Negra);
- Pesquisa sobre Empresas Públicas

- Municipais;
  - Pesquisa sobre Capacidade de Endividamento dos Municípios Paulistas;
  - "Lav'our" das instalações da Fundação Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal.
- Publicações Elaboradas:**
- Fontes de Recursos Possíveis para Obras de Execução de Pavimentação de Serviços de Manutenção e Complementares  
Thelma Guadés Pinheiro e Laércio Botari de Sant'Ana
  - Manuais Simplificados
    - Vol I: "Especificações Técnicas de Fiscalização de Projetos, Obras e Serviços Realizados por Terceiros" - Eng.º Sérgio B. Jungers Mello
    - Vol II: "Administração e Controle de Obras Particulares" - Eng.º José Roberto Franco.
  - Manual sobre Conservação de Vias Públicas  
Prof. Sívrio Silvano Siqueira e Eng.º Carlos A. Matheuz
  - A Rede Urbana do Estado de São Paulo Documento Técnico - Clementina De Ambrosio e Antonio Cláudio Moreira Lima e Moreira
  - Boletim do Interior n.º 45
  - O Impasse do Auto-Financiamento na Prestação de Serviços Públicos  
Antonio Cláudio Moreira Lima e Moreira Robert Vivian Cajado Nicol Domingos Theodoro de Azavedo Neto Clementina De Ambrosio
- Seminários Técnicos:**
- Seminário Internacional "O Solo Criado", participando representantes do Estado de São Paulo, dos outros Estados e, também, técnicos estrangeiros
  - Seminário sobre Organização Territorial da Itabela

- Seminário sobre Uso do Solo da São Sebastião
  - Seminário sobre Uso do Solo de Ubatuba
  - Seminário sobre Uso do Solo para Estâncias Hidrominerais
- Total de Participantes: 53  
Total de Municípios: 14  
Atividades Realizadas em 1977

#### Gerência de Projetos:

- Projeto CURA: Este Projeto ocorre de contrato firmado com o BNH, em 06/12/76, para execução de um Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos, de nível gerencial, para capacitação de pessoal técnico de Municípios do Estado de São Paulo, que resultou no "Curso Piloto de Formação de Gerentes para Projetos Integrados"
- Reformulação do Código Sanitário do Estado: Em colaboração com a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde - Departamento de Saneamento - nos trabalhos de reformulação do Decreto n.º 62.497/70
- O Desempenho das Prefeituras e o Desenvolvimento Urbano.
- Estudo sobre Custo de Serviços Municipais, Visando o Barateamento, Seja Por Melhor Tecnologia, ou Pela Racionalização de Seu Uso
- Estudo Sobre Carências Administrativas nas Cidades Pequenas, Que Dificultam o seu Desenvolvimento, visando Estabelecer Programas Para seu Aperfeiçoamento
- Novos Recursos Financeiros para os Municípios
- Estudo sobre Anteprojeto de Lei de Desenvolvimento Urbano
- Pesquisa Aplicada: Legislação de Uso do Solo
- Implantação de um Consórcio Intermunicipal de Prestação de Serviços

- da SubRegião de Lins
- Publicações:**
- **Silva, José Afonso da** - "O Prefeito e o Município"  
1ª edição - 1977 - 299 páginas  
10.000 exemplares
  - **Franco, José Roberto** - "Administração e Controle de Obras Particulares"  
1ª edição - 1977 - 25 páginas  
5.000 exemplares
  - **Siqueira, Sylvio Silvano e Matheus, Carlos Alberto** - "Manual Sobre Conservação de Vias Públicas"  
1ª edição 1977 - 24 páginas  
5.000 exemplares
  - **Silva, José Afonso da** - "Manual do Vereador"  
1ª edição - 1977 - 172 páginas  
20.000 exemplares
  - **Jungers, Sérgio Benedito** - "Especificações Técnicas e Fiscalização de Projetos, Obras e Serviços Realizados por Terceiros"  
1ª edição - 1977 - 36 páginas  
5.000 exemplares
  - **Vivian, Robert Norman** - "Impasse do Auto-Financiamento na Prestação de Serviços Públicos"  
1ª edição - 1977 - 16 páginas  
5.000 exemplares
  - **Ambrosia, Clementina De, e Moreira, Antonio Cláudio Moreira Juma e** - "A Rede Urbana do Estado de São Paulo"  
1ª edição - 1977 - 43 páginas  
5.000 exemplares
  - "O Solo Criado / Carta do Erribu"  
1ª edição - 1977 - 236 páginas  
5.000 exemplares
  - "Constituição Federal e do Estado de São Paulo"  
2ª edição - 1977 - 126 páginas  
10.000 exemplares
  - "Lei Orgânica dos Municípios"  
2ª edição - 1977 - 38 páginas

- 10.000 exemplares
- "Lei nº 89/72"  
2ª edição - 1977 - 23 páginas  
10.000 exemplares
- Lei nº 4.320/64  
2ª edição - 1977 - 84 páginas  
10.000 exemplares
- Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM - "Modelo de Regimento Interno da Câmara Municipal"  
2ª edição - 1977 - 64 páginas  
10.000 exemplares
- Boletim do Interior nº 46 ao nº 53 - 1977 - (mensal) 40.000 exemplares (5.000 exemplares de cada número)
- Lei nº 4.370/64  
5.000 exemplares  
Início: 1978  
Término: 1978
- "Classificação Funcional-Programática"  
5.000 exemplares  
Início: 1978  
Término: 1978

#### Atividades realizadas em 1978

A Superintendência de Estudos e Pesquisas, em prosseguimento às suas atividades sobre desenvolvimento urbano e rural, quer decorrentes de convênio e/ou contratos firmados para a implementação de estudos e pesquisas de interesse da própria Entidade, desenvolveu os seguintes trabalhos

- **Estudos**
  - Projeto: Preparação do curso "Obtenção de Financiamentos Pelas Prefeituras Municipais"
  - Projeto: "Pesquisa sobre Código de Obras" - em convênio com o BNH
  - Projeto: "Crescimento Urbano e Receitas Municipais"
  - Projeto: "Vantagens e Desvantagens das Empresas Públicas na

#### Prestação de Serviços Municipais

- Projeto: "Revisão do Parâmetro Urbano"
- **Pesquisa Aplicada** - "Elaboração de Lei de Uso do Solo dos Municípios de:
  - Municípios: Tietê, Tatui, Bragança Paulista, São José do Rio Preto, Itu, Castanheira, Quatã, Aguiar.
- **Pesquisa Aplicada** - "Elaboração de Cadastro Técnico Municipal" - Municípios: Iguape e Quatã
- **Pesquisa Aplicada** - "Reforma Administrativa" - Municípios de Iguape e Rogente Fajó
- **Mesa de Debates**
  - Projeto: "I Seminário de Contabilidade Pública Municipal"
  - Projeto: "Desmembramentos de Terrenos"
  - Projeto: "Barateamento dos Serviços Municipais - Asfalto"
  - Projeto: "Instrumentos Legais para Desenvolvimento Urbano"
- **Planos:**
  - "Plano de Aproveitamento de Mar de Dentro e do Vale Grande"  
Início: 1977  
Término: fevereiro de 1978
- **Publicações**
  - Boletim do Interior (publicação mensal)
  - Tratamento de Esgotos por Disposição no Solo e sua Aplicabilidade no Estado de São Paulo"  
Autor: Nelson R.L. Nucci - 5.000 exemplares
  - Uso do Solo Urbano  
Autor: Flávio Villeça - 5.000 exemplares
  - Tributos Municipais  
Autor: Adalmir da Cunha Miranda - 5.000 exemplares
- **Participação em outros eventos:**
  - Seminário Sobre Desenvolvimento

#### Urbano

- Local: Brasília - DF
- Período: março
- II Congresso Brasileiro de Turismo e Termalismo  
Local: Águas de São Pedro - SP  
Período: março
- IV Congresso Latino-Americano de Termalismo  
Local: Águas de São Pedro - SP  
Período: março
- I Congresso de Associação Nacional de Transportes Públicos  
Local: Rio de Janeiro  
Período: abril
- IV Encontro Nacional de Construtores ENCO  
Local: Belo Horizonte  
Período: julho
- I Encontro Nacional de Bibliotecas Públicas  
Local: Niterói - RJ  
Período: julho
- III Encontro Nacional de Geógrafos  
Local: Fortaleza  
Período: julho
- Seminário Nacional de Novas Técnicas de Administração Escolar  
Local: São Paulo - SP  
Período: agosto
- Simposio Sobre Barateamento da Construção Habitacional  
Local: Salvador  
Período: setembro
- XVI Reunião Regional da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia Rural  
Local: Fortaleza  
Período: setembro
- VI Seminário Nacional de Assistência Técnica  
Local: São Paulo - SP  
Período: setembro
- VII Encontro de Secretários de Finanças das Prefeituras das Capitais

- Local: João Pessoa
- Período: setembro
- Reunião dos Órgãos de Assistência aos Municípios do Norte e Nordeste
- Local: Salvador - Sergipe
- Período: setembro
- Semana de Assistência Social
- Local: São Paulo
- Período: outubro
- Congresso Mundial de Arquitetura
- Local: México
- Período: outubro
- Renda Fundiária na Economia Urbana
- Local: São Paulo - SP
- Período: outubro
- 1º Curso de Direito Rural
- Local: São Paulo - SP
- Período: novembro
- Seminário Sobre Problemas Urbanos e Desenvolvimento
- Local: São Paulo - SP
- Período: novembro
- Seminário Internacional sobre Desenvolvimento de Áreas Metropolitanas
- Local: São Bernardo do Campo - SP
- Período: novembro/dezembro
- Seminário Sobre Problemas Urbanos
- Local: Recife
- Período: dezembro

**Prosseguimento das Atividades até março de 1979**

Encontra-se em construção o prédio da Escola de Administração Municipal, incluindo um auditório, para que se atinja a grande meta que é a implementação de um centro de formação de pessoal das Municipalidades do Estado. No desempenho de seus objetivos, a situação técnica a ser desenvolvida prende-se aos seguintes aspectos: A Superintendência de Assistência Técnica

em prosseguimento ao trabalho desenvolvido no decorrer do ano de 1978 pretende ampliar suas atividades tradicionais, prestando-se um atendimento até o final da gestão, de:

- 800 consultas verbais sobre problemas municipais,
- 300 emissões de pareceres as consultas formuladas por escrito,
- 60 assistências "in loco"

A Superintendência de Estudos e Pesquisas pretende dar prosseguimento aos seguintes eventos:

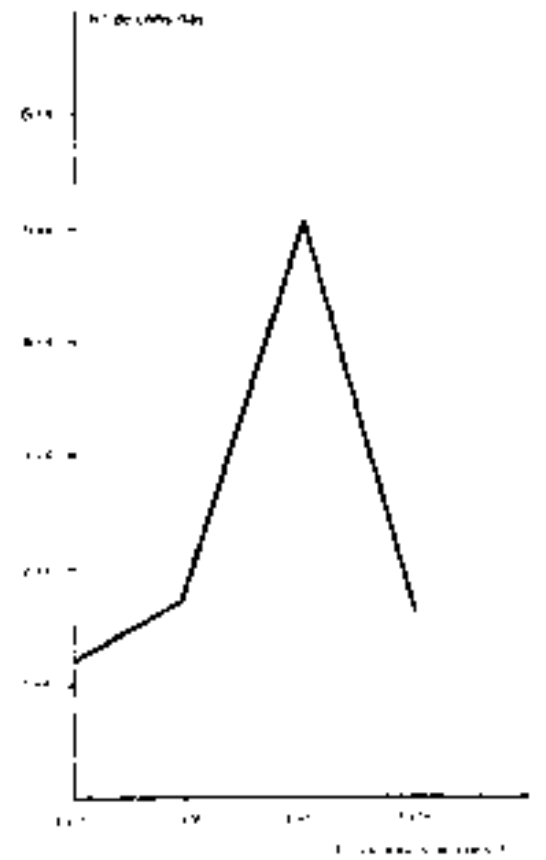
- Projetos**
- Código de Obras de São Vicente
  - Normas Para Urbanização
  - Cadastro Técnico Municipal de Iguape
  - Cadastro Técnico Municipal de Quara
  - A Empresa Pública na Prestação de Serviços Municipais
  - A Prefeitura e os Programas Habitacionais de Baixa Renda
  - Sistemas de Tratamento
  - Uso do Solo de Lorena
  - Uso do Solo de Tietê
  - Uso do Solo de São José do Rio Preto
- Estudos:**
- Fluxos Migratórios lido demográfico
  - O Município e a Área Rural
  - Em desenvolvimento, ainda, a realização em convênio com o Banco Nacional de Habitação (BNH), os seguintes estudos:

- Elaboração de Normas Técnicas Para Urbanização
- Documento Básico e Apoio Para Realização do Curso no Âmbito dos Programas de Financiamentos de Lotes Urbanizados (PROFILURB)

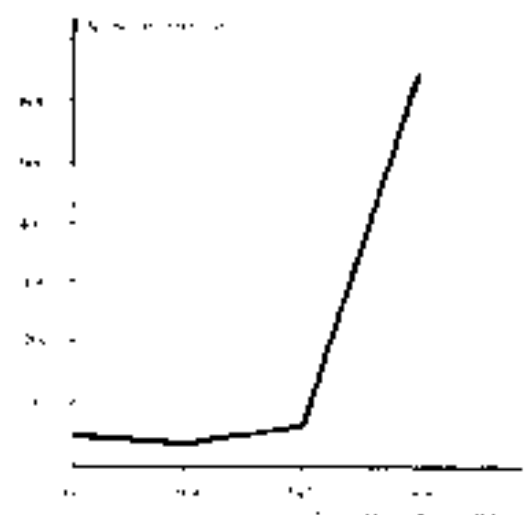
A Superintendência de Recursos Humanos propõe-se a realizar o III Curso Regular de Administração Municipal em caráter profissionalizante. Deve-se ressaltar o empenho que vem desenvolvendo para se obter a autorização

para o funcionamento deste Curso em caráter profissionalizante, possibilitando ao aluno a obtenção do Certificado de Assistente de Administração. Toda a diligência, neste sentido, justifica-se não só pelo pioneirismo pretendido, mas levando-se em consideração a carência profissional na área de administração específica ao Município.

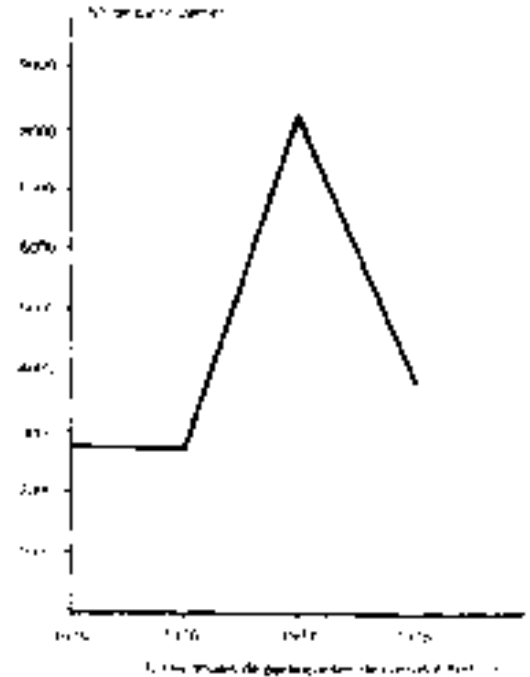
**Consultas Verbais**



**Assistência "in loco"**



**Cursos e Seminários**



## Resultados alcançados

**Desenvolvimento Rodoviário** - Melhoria sensível no sistema rodoviário, principalmente daquele que se refere a rodovias municipais (construção, revestimento e conservação), permitindo, permanentemente e com segurança, o escoamento da produção.

**Ensino** - Melhor atendimento do ensino nas zonas rurais, através da construção de escolas com boas instalações, inclusive com residência para as professoras.

**Saúde** - Atendimento mais amplo dos problemas médico-odontológicos dos municípios mais carentes, através da construção de unidades ambulatoriais, reformas de Santas Casas, construção de hospitais, prestação permanente de serviços médicos e odontológicos, manutenção de cursos para a preparação de mão-de-obra auxiliar dos serviços de saúde, distribuição de medicamentos, etc.

**Desenvolvimento econômico -**

**Agricultura, Pecuária e Pesca** -

Implantação de iniciativas geradoras de novas riquezas na região, baseadas em pesquisas patrocinadas e incentivadas pela SUDELPA, como opções válidas e recomendáveis, tais como o cultivo do cacau, a criação de búfalos, o cultivo racional de ostras e a experimentação e seleção de novas variedades de arroz e de forrageiras para a pecuária de grande porte.

Melhoria das condições de pesca, com a construção de terminais portuários pesqueiros, atracadouros, locais para a comercialização do pescado e assistência ao pescador artesanal (organização de suas Colônias, assistência jurídica social etc.)

**Desenvolvimento urbano** - Melhoria das condições urbanas das séries municipais,

através da construção de acesso às rodovias principais, pavimentação de ruas, drenagem e escoamento de águas pluviais, retificação e canalização de córregos, contenção da erosão de praias, ocasionadas pelos cursos de água etc.

**Demonstrativo das obras e projetos de acordo com a "Estratégia de Governo"**

A SUDELPA, desde a sua criação, já vinha executando obras que objetivavam o saneamento do Vale do Ribeira e Litoral Paulista, e com a elaboração do PLADEL, houve um incremento de suas atribuições de promoção e desenvolvimento de toda a sua área de atuação, e para tanto tem dirigido sua ação na aplicação de recursos de desenvolvimento das infra-estruturas econômica e social, objetivando a atração da economia regional.

As obras, projetos e pesquisas executadas pela SUDELPA, constantes do PLADEL, estão caracterizados como investimentos governamentais em diversos setores da atividade pública.

Esta atuação governamental, no seu conjunto, formam a "Estratégia de Governo", que está dividida em três grandes setores:

- Setor Social
- Setor Econômico Intra-estrutura
- Setor Administrativo

Esses setores, por sua vez, dividem-se em diversas áreas de intervenção, conforme "Estratégia de Governo" publicada no Diário Oficial do Estado, de 16 de abril de 1975.

As realizações da SUDELPA no período de 1975/78, Governo Paulo Egydio Martins, a seguir relacionadas, estão classifi cadas por setor de atuação governamental, de acordo com a metodologia indicada naquele documento.

Cada setor relacionado, inicia-se sob uma apreciação sobre o mesmo e objetivos a serem alcançados pela SUDELPA, bem como se destaca algumas realizações consideradas importantes no enfoque regional.

**Infra - estrutura educacional: construção de escolas rurais**

Este programa de construção de escolas na zona rural integra o Plano de Desenvolvimento do Litoral - PLADEL e tem por objetivo substituir as instalações precárias, muitas de taipa e madeira e mesmo de pau-a-pique, por prédios adequados ao ensino e com instalação para residência da professora. Essas escolas desempenham papel potencializador numa comunidade rural, a sede física propicia colocar a serviço da população programas de ação comunitária, além da escolar.

Este programa interage com o Programa Especial de Escolas Comunitárias da Secretaria da Educação, traçado a partir das determinantes socio-econômicas e geográficas, bastante distinta das demais áreas do Estado, procurando a elevação do nível da comunidade, pela introdução de novas atitudes e comportamento, no que tange à saúde, higiene e alimentação. Neste período de governo foram construídas oito escolas e concluídas quinze escolas iniciadas na gestão anterior.





## Infra - Estrutura Social e Urbana Saneamento e calçamento

Este programa também integra o Plano de Desenvolvimento do Litoral - PLAUDEL, e tem por objetivo a execução de obras de drenagem e calçamento em toda a área de atuação da SUDELPA.

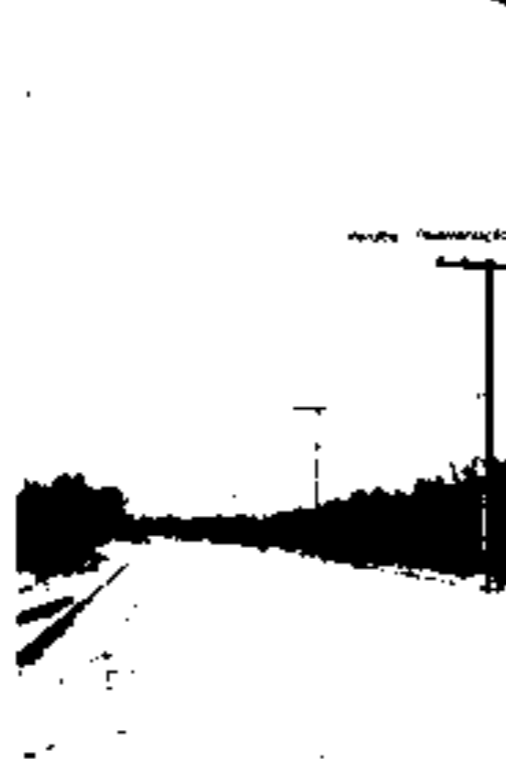
Esta autarquia é um órgão de desenvolvimento regional, atuando numa área pobre e carenciada de serviços públicos. Suplementando a atividade municipal, este programa contribui para em dotando as cidades do litoral carroçável e condições adequadas de tráfego conjugadas com serviço de drenagem de águas e eliminação de valetas a céu aberto, a urbanização de toda a região litorânea e Vale do Ribeira e a reativação das atividades econômicas. Este programa reflete sobretudo no desenvolvimento urbano, estimulando o setor comercial e construção civil e o transporte urbano, contribuindo para a fixação do homem na região.

Os centros urbanos da área de atuação da SUDELPA são desprovidos de serviços de infra-estrutura, os quais não podem ser atendidos pelas municipalidades devido a crônica falta de recursos, que por sua vez é uma consequência do baixo nível da atividade econômica que, junto a outros fatores, configura uma situação de "círculo vicioso da pobreza". A ação da SUDELPA é de quebrar esse círculo, de modo a servir de suporte à atividade da economia regional.

Quanto ao programa de saneamento, consiste na execução de projetos e obras tais como: drenagem, canalização e revestimento dos canais, enrocamento de margem de rio e orla marítima, fechamento com tubos de concreto de valetas condutoras de águas servidas e

pluviais e outras obras assementadas. Merece destaque a obra de saneamento e drenagem no Sítio do Pão-Do-Cará, no Guarujá, que será comentada adiante.

Já foram calçadas mais de 600.000 m<sup>2</sup> de ruas, beneficiando todos os municípios da região SUDELPA. Neste programa destacamos o calçamento de ILHABELA e sua ligação ao "ferry-boat", o calçamento de UBATUBA que propiciou um novo aspecto paisagístico à sua principal avenida à beira-mar.



Áreas de atuação da SUDELPA	Ênfase Governamental Área de atuação Municipal	Quant	Valor Total	Concluído	Observação	
A - 04 - CALÇAMENTO URBANO	Economia e Infra-estrutura de Desenvolvimento urbano	Palmeira	Calçamento 10.500 m <sup>2</sup> + 4.500 m de guias	880.000,00	Out/75	Convênio da Prefeitura
		Aldeia	Calçamento 11.980 m <sup>2</sup>	460.000,00	Out/75	
		Itororó	Calçamento 1.500 m <sup>2</sup>	200.000,00	Out/75	Convênio da Prefeitura
	Itororó	Calçamento 2.000 m <sup>2</sup> de valetas + 700 m de guias	1.120.000,00		Em execução - material	
	Itororó	Calçamento 6.526 m <sup>2</sup> de guias	624.000,00	Out/75	Convênio da Prefeitura	
	Beira do Turvo	Calçamento	1.114.000,00		Em execução	
	Beira do Turvo	Calçamento 14.430 m <sup>2</sup>	600.000,00	Mar/76	Convênio da Prefeitura	
	Eldeobon	Calçamento 5.000 m <sup>2</sup>	320.000,00	Fev/76		
	Fátorado	Calçamento 5.700 m <sup>2</sup>	328.012,00	Jan/77		
	Jacupiranga	Formatação de Av. Presidente Kennedy 14.503 m <sup>2</sup>	117.576,00	Apr/76		
	Jacupiranga	Calçamento 900 m <sup>2</sup>	74.831,00	Nov/76		
	Jacupiranga	Calçamento 9.180 m <sup>2</sup> + 1.480 m de guias	862.010,00	Mar/76	Fornecimento de Material	
	Serra Bonita	Calçamento 10.180 m <sup>2</sup>	420.000,00	Mar/76	Convênio da Prefeitura	
	Serra Bonita	Calçamento 10.284 m <sup>2</sup>	300.000,00	Out/76	Convênio da Prefeitura	
	Parati	Calçamento 1.400 m <sup>2</sup>	1.148.000,00		Em execução - material	
	Parati	Calçamento	1.066.064,00	Nov/75		
	Parati	Calçamento 13.308 m <sup>2</sup>	771.726,00	Mar/77		
	Parati	Calçamento 8.500 m <sup>2</sup> + 880 m de guias	1.002.100,00	Mar/76	Fornecimento Material	
	Parati	Calçamento	480.126,00	Set/75	Convênio	
	Parati	Formatação de Av. Acesso à BR 116			Convênio F. B.	
	Parati	Calçamento 1.440 m <sup>2</sup>	441.100,00	Jan/76	Material LRS - 034.956,00	
	Parati	Formatação de acesso à cidade 10.800 m <sup>2</sup>	1.211.616,00	Apr/75		
	Parati	Formatação de acesso				
	Parati	OP - 116 - Acesso FERREIRA	300.000,00	Out/75		
	Parati	Calçamento 15.338 m <sup>2</sup>	120.000,179	Out/75	Convênio Prefeitura	
	Parati	Calçamento 24.000 m <sup>2</sup> + 2.000 m de guias	2.281.410,00	Jul/76	Fornecimento Material	
	Parati	Calçamento 4.817 m <sup>2</sup>	850.819,00	Fev/77		
	Parati	Calçamento 3.000 m <sup>2</sup>	671.217,00	Out/76		
	Parati	Calçamento 8.187 m de guias	480.000,00	Jun/76		
	Parati	Calçamento 4.700 m <sup>2</sup>	172.021,00	Out/76	Fornecimento Material	
Parati	Calçamento 3.494 m <sup>2</sup>	626.000,00	Jul/76			
Parati	Calçamento	380.000,00	Jul/76	Convênio Prefeitura		
Parati	Calçamento 8.070 m de guias	44.000,00	Set/76			
Parati	Calçamento 10.000 m <sup>2</sup>	826.000,00	Jan/76			
Parati	Calçamento 10.000 m <sup>2</sup>	812.000,00	Mar/77			
Parati	Calçamento 14.400 m <sup>2</sup>	950.000,00	Nov/75	Convênio Prefeitura		
Parati	Calçamento 10.000 m <sup>2</sup>	473.000,00	Jan/76			
Parati	Calçamento 10.000 m <sup>2</sup>	701.276,00	Mar/77			
Parati	Calçamento 8.500 m <sup>2</sup>	1.154.107,00		Em execução		
Parati	Calçamento 12.280 m <sup>2</sup>	500.000,00	Jul/76	Fornecimento Material		
Parati	Calçamento 3.000 m <sup>2</sup>	580.000,00	Jun/76	Fornecimento Material		
Parati	Calçamento 9.057 m <sup>2</sup>	826.222,00	Jan/77			
Parati	Calçamento 26.500 m <sup>2</sup> + 3.000 m de guias	1.150.400,00	Mar/76	Fornecimento Material		
Parati	Calçamento 13.479 m <sup>2</sup>	958.000,00	Jan/77			
Parati	Calçamento 9.140 m <sup>2</sup>	811.064,00	Apr/76	Fornecimento Material		



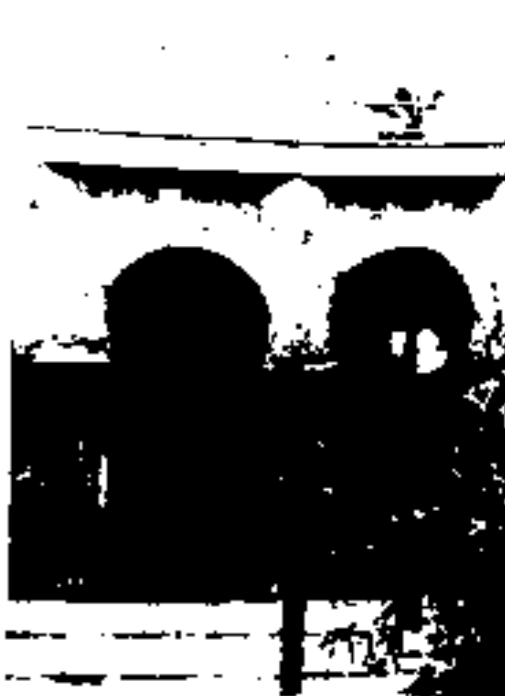
Caraguatatuba - Calçamento de Av. Amador C. Faria



Áreas de Atuação da SUDERPA	Programa Governamental Área de Atuação	Município	Obras	Valor Total	Conclusão	Observação	
		Maringá	Calçamento 7.000 m <sup>2</sup>	260.000,00		Em execução	
		Maringá	Calçamento 18.000 m <sup>2</sup>	560.000,00	Jul 75	Formosinho - Prefeitura	
		Maringá	Calçamento 8.000 m <sup>2</sup>	251.000,00	Fev 76	Calçamento Prefeitura	
		Maringá	Calçamento 11.800 m <sup>2</sup>	368.500,00	Mar 77		
		Maringá	Calçamento 15.400 m <sup>2</sup>	1.112.000,00	Jun 78		
		Maringá	Projeto Ar. Rua Maria Pia - pavimentação	100.000,00	Jul 75	Formosinho - Prefeitura	
		Prata Grande	Re. Esplanada 1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup> etapas	1.012.365,00	Set 75		
		Prata Grande	Calçamento Av. dos Sindicatos	1.020.000,00	Jul 76		
		Prata Grande	Calçamento 8.300 m <sup>2</sup>	1.086.000,00	Abr 78		
		S. Vicente	Calçamento 13.000 m <sup>2</sup>	500.000,00	Out 75	Formosinho - Prefeitura	
		Guarua	Calçamento 5.000 m <sup>2</sup>	828.000,00	Out 76	Formosinho - Prefeitura	
		Guarua	Reurbanização de casas	88.790,00	Set 76		
		S. Sebastião	Calçamento 4.472 m <sup>2</sup>	1.700.000,00	Nov 76	Calçamento SUDERPA	
		S. Sebastião	Calçamento			Convênio S&P - CAR	
		S. Sebastião	Calçamento			Convênio S&P - CAR	
		S. Sebastião	Calçamento 18.800 m <sup>2</sup>	568.000,00	Set 75	Formosinho - Prefeitura	
		S. Sebastião	Calçamento 8.000 m <sup>2</sup>	282.100,00	Fev 76	Formosinho - Prefeitura	
		S. Sebastião	1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup> Etapas 14.000 m <sup>2</sup>	4.198.000,00	Jun 77		
		S. Sebastião	1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup> Etapas 18.500 m <sup>2</sup>	7.147.000,00	Ago 78		
		Caraguatatuba	Calçamento 8.000 m <sup>2</sup>	400.000,00	Mar 76		
		Caraguatatuba	Calçamento 5.000 m <sup>2</sup>	298.000,00	Fev 76	Convênio Prefeitura	
		Caraguatatuba	Calçamento Av. Artur Costa Filho - 81.448 m <sup>2</sup>	2.284.042,00	Mar 77		
		Caraguatatuba	Pavimentação de acesso e passeio no Setor Anacleto	8.812 m <sup>2</sup>	1.818.074,00	Jun 78	
		Caraguatatuba	Calçamento Rua				
		Caraguatatuba	Calçamento Rua				
		Ubatuba	Calçamento 8.210 m <sup>2</sup>	562.000,00	Dez 75	Convênio S&P	
		Ubatuba	Calçamento 8.000 m <sup>2</sup>	1.184.198,00	Out 76	Convênio Prefeitura	
		Ubatuba	Calçamento acesso e passeio no Prata Grande	110.000,00	Ago 76		
		Ubatuba	Calçamento Rua para 3.000 m <sup>2</sup> x 250 m de largura	2.980.000,00	Jul 76		
		Ubatuba	Calçamento Av. Bove - Açú	1.113.000.000,00		Formosinho S&P	
			Total Calçamento urbano	72.884.628,00		Em execução	
		OS Departamento urbano	Remoção de postes para abertura de ruas	72.878,00			
		Total do Município setor + nível estadual		72.877.000,00			
		SANEAMENTO					
		SEI - IGM SOCIAL					
		SEI - Saneamento					
		Prata Grande	Projeto Civil de RUA Fernando Costa	22.000,00	Fev 76		
		Prata Grande	Construção Galeria Rua Fernando Costa	476.723,00	Jan 77		
		Prata Grande	Sistema de Água Potável e Saneamento em Prata Grande	877.000,00	Set 78		
		Prata Grande	Projeto Civil de RUA Fernando Costa	241.708,00	Jun 78		
		Prata Grande	Projeto Civil de RUA Fernando Costa	26.000,00	Fev 76		



Prata Grande - Av. Bove - Açú



Município	Estratégia		Obras	Valor Total	Período	Observação
	do SUDELPA	Governamental				
Pedro de Toledo			Canalização do Ribeira do Rio Turvo	1.186.568,30	Jan/76	Execução
Peruibe			Projeto Canal General Francisco Rios Preto	48.700,30	Agô/77	
Peruibe			Projeto Canal 1 e 2	278.834,00	Jan/74	Convênio Prefeitura C/67.000.000,00 - Verba do Conselho do Governador Casa de Mar
Peruibe			Fachamento de Várzea Associação Fomento e Recuperação	2.000.000,00	Out/78	
Peruibe			As. de Pesca		Out/78	Execução
Peruibe			Empacamento de Oros Mariposa	1.804.559,00	Set/78	
Montaguá			Plano Diretor de Drenagem	518.846,00	Agô/76	Execução
Montaguá			Plano Diretor de Drenagem	691.883,00	Out/76	
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	1.288.972,00	Agô/76	Convênio D. A. C. F.
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	375.000,00	Mar/78	
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	350.000,00	Out/78	Tubulação e Mal
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	31.000,00	Abri/78	
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais			Pav. Carô
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais			
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	800.087,00	Jun/78	10.000 m <sup>2</sup>
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	030.421,00	18/78	
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	1.071.197,00	Fev/77	Pav. Carô
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	588.000,00	Agô/77	
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	88.000,00	Fev/78	Convênio DNOC/DFR 500.000,00 - SUDELPA C/67.000.000,00 - Verba do Conselho do Governador para D. A. C. F.
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	14.000,00	Mar/75	
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	2.184.168,00	Out/78	Execução SUDELPA
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	698.960,00	Out/78	
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais		1977	Execução SUDELPA
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	313.800,00	Mar/78	
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	8.300.300,00		Execução
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	4.344.180,00	Out/78	
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais		1977	Execução SUDELPA
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	2.700.000,00	Jun/76	
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	817.804,00	Jun/76	Execução
Paraná			Projeto de Drenagem de Áreas Municipais	102.811.197,00		

Total do Estado: R\$ 102.811.197,00

Estradas vicinais e pavimentação asfáltica - Em consonância com as diretrizes emanadas do PLADEL - Plano de Desenvolvimento do Litoral, a SUDELPA vem atuando nos municípios de sua área no sentido de criar uma infra-estrutura de transportes suficientemente boa e eficaz, que sirva de suporte para o desenvolvimento econômico regional. Considera-se que a falta de uma manutenção adequada e permanente, das estradas vicinais é considerada como um dos entraves ao desenvolvimento agrícola, tornando difícil e impraticável a colocação da produção nos mercados consumidores e até mesmo a interligação das sedes Municipais. Para tanto, mantém 30 equipes rurais de terraplenagem que executam os serviços de abertura e conservação de estradas, trabalho esse, sem dúvida, fator importante no estímulo à produção agrícola, garantindo o rápido escoamento das safras e possibilitando a incorporação de novas terras ao cultivo. Equipes urbanas - Atualmente a SUDELPA mantém um total de 8 equipes de terraplenagem urbana, que executam serviços de melhoria e conservação das ruas não calçadas dos perímetros urbanos municipais. Dessa forma, suplementa o poder público municipal, que não conta com os recursos técnicos e financeiros necessários à manutenção dessas equipes, e ao mesmo tempo complementa a sua programação de obras urbanas nos campos de saneamento e calçamento, assegurando à população local uma melhoria na qualidade da vida e um maior desenvolvimento urbano. Como obras de destaque neste setor, assim como pela sua importância na estratégia de desenvolvimento, citamos as seguintes estradas:

- A abertura Barra do Turvo/BR-116, localizada no Município de Barra do Turvo no Vale do Ribeira.
  - Abertura Guarani/Una, localizada no Município de Peruibe no Litoral Sul.
  - A abertura da ligação Peruibe/Iguape, localizada nos Municípios de Peruibe e Iguape no Litoral Sul.
  - A conservação e melhoria da estrada do Conchal, em toda a sua extensão, localizada no Município de Sete Barras no Vale do Ribeira.
  - A abertura da estrada Perimetral de Itabela (Ponta Norte), localizada no Município de Itabela no Litoral Norte.
- Quanto à pavimentação asfáltica, a SUDELPA interferiu na construção das seguintes estradas:
- Pavimentação da estrada Parquera-Açu/Cananéia, localizada nos Municípios de Parquera-Açu e Cananéia no Litoral Sul, construindo-se na primeira grande ligação intermunicipal da região, que, além do desenvolvimento turístico, servirá de produção pesqueira do terminal já instalado pela SUDELPA/CEAGFSP.
  - Pavimentação da estrada Peruibe/Caixa D'Água, localizada no Município de Peruibe no Litoral Sul, obra de grande importância para o tráfego local e para o desenvolvimento turístico.
  - Pavimentação da estrada São Sebastião/Bertioga (trecho São Sebastião/Barra do Saí) localizada no Município de São Sebastião no Litoral Norte, esta obra está ainda em fase de execução, e os serviços estão sendo executados em convênio com o D. E. R. O processo de licitação teve início em 27 de abril de 1978 e o prazo para a execução das obras é de 12 meses.



Áreas de Atuação de SUDELP	Estratégia Governamental		Objeto	Valor Total	Conclusão	Observações	Estratégia Governamental		Observações		
	Área de Atuação	Município					Objeto	Valor Total		Conclusão	
Caramuru	Área de Atuação	Município	Parque 01			Execução SUDELP	Atividade	Parque 01 Rio Saurimo	399.288,00	Mar/71	
			Parque 02			Execução SUDELP	Atividade	Parque 02 Rio Saurimo	30.000,00	Mar/79	
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma dos Parques			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Rio Caramuru	1.187.718,00		Em execução
			Reforma do parque 01			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Rio Caramuru		Agosto/78	Execução SUDELP
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 02			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 02	1.80.000,00	Mar/79	
			Reforma do Parque 03			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 03	389.751,00	Dez/78	Aquisição de tubos
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 04			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 04	110.237,00	Jan/78	Aquisição de tubos
			Reforma do Parque 05			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 05			Execução SUDELP
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 06			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 06	59.000,00	Mar/78	
			Reforma do Parque 07			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 07	1.140.733,00		Em execução
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 08	141.800,00	Mar/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 08	141.800,00	Agosto/78	
			Reforma do Parque 09	130.000,00	Mar/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 09			
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 10	130.000,00	Mar/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 10	130.000,00	Mar/78	
			Reforma do Parque 11	148.527,00	1975	Construção Prefeitura	Atividade	Reforma do Parque 11			Compreensão com o DQ P
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 12	1.814.752,00	Agosto/77	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 12	1.814.752,00	Jun/78	Execução SUDELP
			Reforma do Parque 13	41.000,00	Mar/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 13			
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 14	130.000,00	Mar/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 14			
			Reforma do Parque 15	40.300,00	Mar/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 15			
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 16	38.000,00	Mar/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 16			
			Reforma do Parque 17			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 17			
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 18			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 18			
			Reforma do Parque 19			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 19			
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 20	80.000,00	Mar/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 20			
			Reforma do Parque 21	808.712,00	Abr/77	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 21			
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 22	18.242.451,00	Jun/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 22			
			Reforma do Parque 23	398.178,00	Jun/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 23			
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 24	212.800,00	Jun/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 24			
			Reforma do Parque 25	8.070.438,00		Em execução	Atividade	Reforma do Parque 25			
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 26	27.088,00	Mar/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 26			
			Reforma do Parque 27	88.238,00	Agosto/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 27			
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 28	140.280,00	Abr/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 28			
			Reforma do Parque 29	812.138,00	Jun/77	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 29			
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 30			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 30	1.080.887,00	Agosto/78	
			Reforma do Parque 31			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 31			
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 32			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 32	1.37.380,00	Dez/77	Aquisição de tubos
			Reforma do Parque 33			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 33			Execução SUDELP
Caramuru	Área de Atuação	Município	Reforma do Parque 34			Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 34	98.000,00	Mar/78	
			Reforma do Parque 35	35.000,00	Jun/78	Execução SUDELP	Atividade	Reforma do Parque 35			



de cruzeiros - essa verba refere-se ao montante de aplicações que teve início em 1972). Dessas aplicações destaca-se a construção do Terminal Portuário Pesqueiro de Cananéia, e a execução, em convênio com a SUDEPE, do Plano de Assistência à Pesca Artesanal - PESCART que, atuando a partir de duas bases operacionais, Cananéia no Litoral Sul e Ubatuba no Litoral Norte, persegue objetivos tais como: melhoria de infra-estrutura de produção, conservação e captura nas comunidades pesqueiras artesanais, desenvolvimento e apoio às atividades educativas de promoção social e capacitação de mão-de-obra, alfabetização e em aspectos de alimentação e saúde.

Em março de 1977 foi concluída a primeira etapa do projeto de implantações de fazendas experimentais de cultivo de ostras. A implantação dessas pesquisas vem abrir perspectivas de diversificação de mão-de-obra local e a conseqüente elevação do nível sócio econômico-cultural da população, de forma, ainda, a criar uma mentalidade de preservação e de melhor utilização dos recursos lagunares.

Para o desenvolvimento do setor agrícola já foram aplicados mais de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros). Esses recursos foram aplicados em pesquisas para o cultivo de palmito e cacau e, fundamentalmente, na implantação do Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira - CE-DAVAL, que conta também com o apoio do Governo Japonês e outros Órgãos Estaduais.

#### Programa Pae-Cará

A Gleba denominada Sítio Pae-Cará, que teve, em 1956, sua área de 2.121.902,24

m<sup>2</sup> declarada de Utilidade Pública por ato do então Senhor Governador do Estado, o qual visava, naquele momento, minimizar e controlar um problema social, que preocupava sua administração pelas invasões indiscriminadas de terras, em virtude das catástrofes de 56, resultantes dos desmoronamentos dos morros de Santos, está localizada no distrito de Vicente de Carvalho, Município de Guarujá.

Numa primeira etapa, após o ato desapropriatório, a área - então pertencente ao Patrimônio do Estado, teve sua administração, vigilância e manutenção atribuídas ao IPESP, órgão de Previdência do Estado, que apesar de seus esforços dispendidos não demonstrou agilidade no controle do problema, uma vez que, através de dados levantados em 1978, observamos a existência de 63% (sessenta e tres por cento) de benfeitorias construídas há menos de dez anos, num levantamento censitário compreendendo 567 benfeitorias construídas em duas Super-Quadras já loteadas.

Este fato e estes dados vêm nos mostrar e provar que o plano de urbanização do Sítio Pae-Cará deve ter sua prioridade no levantamento cadastral e seu conseqüente loteamento, o que não foi programado, logo do início, por falta de instrumentos administrativos eficazes, por parte do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. Tal planejamento só veio a ser programado na Administração da Companhia Agrícola, Imobiliária e Colônizadora, que assumiu a gestão da gleba em dezembro de 1967.

Durante o período de Administração da C.A.I.C., o plano de urbanização do Sítio Pae-Cará teve seu desenvolvimento, sendo transferido, para esta

Superintendência em maio de 1975, através do Decreto do Senhor Governador nº 6.088.

Execução do plano - Como a área do Sítio Pae-Cará é praticamente plana, pouco acima do nível do mar, com habitações de baixo padrão, ruas sem pavimentação e sujeita a precipitações pluviométricas intensas, a SUDELPA, logo após assumir a Administração da Gleba, objetivando dotar a região de melhores condições de urbanização e saneamento, contratou a firma OESA - Organização e Engenharia S/A o projeto global de drenagem e pavimentação. No projeto foram definidos o "grade" das vias públicas, formando pequenas sub-bacias que são captadas e despejadas nos canais. Foram projetados três canais (Av. Guarujá, Av. São Jorge e Av. Luiz Gama) que escoam para o Rio Acaraú e dois outros (Rua Operária e Epitácio Possoa) que escoam para o Estuário do Porto de Santos.

De posse desses elementos, a SUDELPA passou a ter condições de executar e contratar obras para implantação do plano de urbanização da área sob sua Administração. Foi desenvolvido o plano de loteamento, possibilitando, dessa forma, a demarcação, designação e ocupação dos lotes pelas benfeitorias localizadas desordenadamente na área, que, para efeito de planejamento, estão sendo consideradas em número de 6.000 unidades.

#### Resultados obtidos na implementação do Plano

Serviços e atividades	C.A.I.C.		SUDELPA	
	(1968/67 - 1977/75)	(1975 - 1977)	(1975 - 1977)	(1977 - 1978)
Demarcação de lotes	2.087 - 34,2%		1.812 - 29,7%	
Demarcação de ruas	1.971 - 32,6%		1.760 - 29,2%	
Ocupação de lotes	1.921 - 31,6%		972 - 16,2%	

Fonte: C. Mar

#### Programa para onze meses e saída a programar

Serviços e atividades	1977/76 - maio/78	a programar
Demarcação de lotes	2.192 - 35,7%	301 - 4,9%
Demarcação de ruas	1.920 - 31,4%	1.728 - 27,2%
Ocupação de lotes	1.700 - 27,8%	2.307 - 36,9%

Fonte: C. Mar

#### Obras de drenagem Pae-Cará -

Paralelamente ao programa de assentamento da população, a SUDELPA contratou a execução da drenagem e revestimento dos canais do Sítio do Pae-Cará.

Os recursos desta obra são provenientes de empréstimos junto à Caixa Econômica Federal - Programa FAS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

Essas obras, nas quais estão sendo aplicados cerca de 70 milhões de cruzeiros, foram iniciadas em fins de 1977 e deverão estar concluídas em fevereiro de 1979.

Os serviços em execução, dragagem, retificação e revestimento dos canais, estão sendo desenvolvidos nas Avenidas Guarujá, São Jorge e Luiz Gama, principais vias da área.

#### Obras de drenagem - Pae-Cará

##### - Avenida Guarujá

Canal	- 1.015 m
Galeria	- 1.603 m
Pavimentação	- 4.550 m

(Somente ruas e sarjetas)

##### - Avenida São Jorge

Canal	- 1.100 m
Galeria	- 1.460 m
Pavimentação	- 4.637 m

(Somente ruas e sarjetas)

- Avenida Luiz Gama

Cama: 2.100  
Travessia: 1.000  
Cadeira: 1.200

#### Promoção Social

Consoante a "Estratégia de Governo" a necessidade de sua área de atuação a SUDELPA vem implementando paralelamente ao programa de construção de prontos-socorros e hospitais um programa de promoção social que envolve a assistência médico-odontológica com distribuição de medicamentos à população carente e formação de pessoal qualificado na área de saúde.

**Atendimento médico** - Os níveis de saúde encontrados na área de atuação da SUDELPA indicam uma situação de precariedade no setor, decorrentes do baixo nível socio-económico a que se encontra relegada a população local. A análise dos problemas de saúde registrados evidencia, de modo claro, como característica marcante, a escassez dos recursos médicos sanitários. A deficiência quanto ao atendimento médico obriga a população da região a demandar os equipamentos de saúde existentes em centros mais bem dotados de uma infra-estrutura de recursos médicos, como é o caso de Santos, cuja distância à atenção médica da sub-região do Vale do Ribeira é total. Os atendimentos médicos realizados durante o período de 1975 a 1978 abrangem os municípios a seguir relacionados, com os respectivos totais de atendimento médico:

### Atendimento médico

Município	1975	1976	1977	1978	Total
Alcobaça	4.726	6.028	4.743	4.733	20.230
Alvarães	2.911	4.848	3.487	3.878	15.124
Barragem do Rio Negro		5.746	4.548	5.746	16.040
Escolinas	471	5.470	4.507	5.470	16.418
Estância Velha	4.764	7.463	5.869	5.875	23.971
Serra Negra	4.798	6.347	5.550	7.798	24.493
Parque das Flores	1.471	4.579	2.048	3.506	11.594
Ipupui	2.273	2.755	2.388	3.834	11.250
Itapira		3.890	5.134	4.716	13.740
Miracatu	5.946	7.947	6.137	6.434	26.464
Pedra do Tatu	203	4.744	1.120	4.425	10.592
Paraná			1.557	3.936	5.493
Parque do Rio Negro	26				26
Parque do Rio Negro	211				211
Parque do Rio Negro	1.470	6.577	4.804	5.485	28.336
Parque do Rio Negro			1.842		1.842
Parque do Rio Negro				1.200	1.200
Parque do Rio Negro					1.200
Total	33.884	66.836	57.520	71.042	229.282

(\*) - Atendimento de Emergência  
(\*\*) - 1978 - Estimativa para os meses de novembro e dezembro

Considerando-se o componente de maior peso no cálculo do custo do sub-programa de atendimento médico, que é representado pelos honorários recebidos pelos profissionais médicos, observa-se a seguinte evolução nominal do custo por atendimento:

Total de atendimentos	Ano	Custo por atendimento
33.884	1975	C\$ 54,47
66.836	1976	C\$ 68,76
57.520	1977	C\$ 66,14
71.042	1978	C\$ 68,67

### Atendimento odontológico

Município	1975	1976	1977	1978	Total
Alcobaça	1.174	1.174			2.348
Alvarães	674				674
Barragem do Rio Negro		674	674	1.348	2.700
Escolinas		674	674	1.348	2.700
Estância Velha	674				674
Parque das Flores		674	674	1.348	2.700
Ipupui		674	674	1.348	2.700
Pedra do Tatu		674	674	1.348	2.700
Paraná		674	674	1.348	2.700
Parque do Rio Negro		674	674	1.348	2.700
Parque do Rio Negro		674	674	1.348	2.700
Parque do Rio Negro		674	674	1.348	2.700
Total	1.848	5.000	3.000	5.000	14.848

(\*) - 1978 - Estimativa para os meses de novembro e dezembro

**Atendimento odontológico** - Além de promover o sub-programa de atendimento médico, também estamos atuando no sentido de proporcionar às populações do Vale do Ribeira/Litoral Sul/Litorã Norte condições de receber uma assistência odontológica adequada através de um atendimento sistemático realizado por profissional dentista contratado pela SUDELPA. A ausência de infra-estrutura física de atendimento, escassez de material para tratamento, falta de equipamentos e condições de funcionamento e a dificuldade de fixação de dentista em áreas cuo suporte infra-estrutura é inadequado, levou a SUDELPA a estabelecer uma programação específica no setor de atendimento odontológico. Os atendimentos odontológicos realizados durante o período de 1975 a 1978 abrangem os municípios a seguir relacionados, com os respectivos totais de atendimentos:

Considerando-se o componente de maior peso no cálculo do custo total, a atividade de atendimento odontológico, que é representado pelos honorários perceptoros pelos profissionais odontológicos, observa-se a seguinte evolução nominal de custo por atendimento:

Custo por atendimento

Ano	Total de Atendimento	Custo por Atendimento
1975	3.122	1.284,13
1976	3.511	1.564,95
1977	11.567	1.463,28
1978	11.885	1.581,41

De modo geral, há uma tendência à redução do custo por atendimento, mais especificamente em períodos de alta demanda e dentistas deslocados nos centros desenvolvidos, para atender às equipes. Quanto à distribuição de recursos em termos de pessoal em 1976, podemos observar a distribuição por município na tabela a seguir:

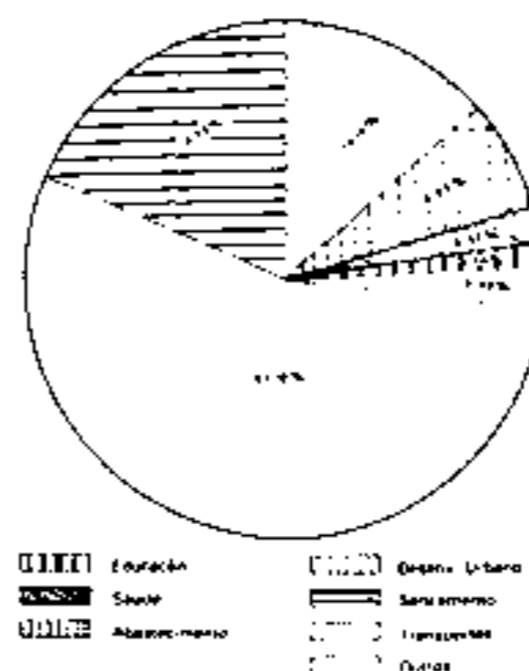
**Formação educacional em saúde** - O grande diferencial da saúde pública tem sido sempre o pessoal, porém, em uma moderna estratégia de desenvolvimento de saúde pública, além de buscar um contingente maior de pessoal, vem aumentando a qualificação, para possibilitar a população beneficiada pelos serviços médicos e dentários mantidos pela SUDELPA e outros órgãos responsáveis pela Saúde Pública, quanto da população, na medida em que essa mão-de-obra, sem qualificação, possa ser aproveitada no sentido de melhorar o atendimento à essa população, bastante carente de recursos. O programa tem como objetivo elevar o nível de saúde nas comunidades da área de atuação da SUDELPA, especialmente as do Vale do Ribeira, e para atender esses objetivos é necessário que a assistência prestada pelos profissionais médicos e dentistas esteja vinculada a um trabalho junto as comunidades locais visando, sobretudo, a implantação de novos hábitos de higiene, sem os quais esses profissionais não terão a base necessária para suas atividades. Os cursos de Atendente de Enfermagem e Auxiliar Odontológico foram criados dentro dessa perspectiva, visando, além da formação profissional, a criação, junto as comunidades, de polos de irradiação de uma nova mentalidade de saúde, possibilitando um contato permanente do médico com a comunidade, um caráter de envolvimento comunitário e não exclusivamente assistencial. Durante o ano de 1976 foram realizados 2 cursos de Atendentes de Enfermagem nos Municípios de Maratiz e Eldorado Paulista, e 1 curso de Auxiliar de Odontologia, realizado em São Barros, e em 1977 foi realizado o curso de Atendente de Enfermagem no Município

de Barra do Turvo.

### Plano de aplicação da SUDELPA

Surte-se um quadro de setores, que servirá para demonstrar a distribuição das aplicações de capital em obras e projetos, e essas obras e projetos representam um investimento de mais de R\$ 550.000.000,00, incluindo e incluindo milhões de cruzeiros, dos quais 55,42% são aplicados no setor de transportes rodovias viárias, ou seja, na execução de estradas, pavimentações e pontes. Apesar da forte concentração de recursos em obras viárias, não se destaca o setor de saneamento com uma participação de 18,53%, cujas obras e projetos atendem diretamente a uma melhoria na qualidade de vida da população regional de todo o ano de atuação da SUDELPA.

Valores Aplicados por Setor - 1975 a 1978



## Medicamentos distribuídos - Unidades

Município	1975	1976	1977	1978
Barra do Turvo	1.304	2.141	3.214	14.726
Maratiz	17.954	446	1.478	12.714
Barra do Turvo	21.706	1.127	10.516	48.983
Eldorado	11.054	11.403	10.208	26.127
Maratiz	2.407	2.407	11.314	12.404
Camanduva	10.119	3.105	1.804	23.111
São Barros	3.474	10.767	1.746	24.411
Paraguari	17.872	2.407	1.667	25.374
Quapiá	2.408	307	307	1.714
Tapira	4.114	2.407	1.267	4.114
Maratiz	307	4.114	11.474	21.411
Assislandia			1.007	1.007
Barra do Turvo	1.304	17.954	1.478	10.516
Maratiz	1.304	10.119	14.807	21.411
Quapiá	1.304	307	307	1.304
Quapiá	1.304	307	4.114	11.478
Maratiz	3.474	11.478	4.114	21.411
Camanduva	2.408	3.214	1.304	2.408
Ubatuba		4.114	4.114	4.114
Quapiá	4.114			4.114
Turvo				4.114
Total	127.474	118.954	123.474	363.474

Os valores acima citados estão distribuídos da seguinte forma:

Sigla	Valor	%
Educação	7.983.755,00	1,22
Saúde	13.144.907,00	2,27
Abastecimento	28.180.809,00	4,28
Desenvolvimento urbano	73.872.005,00	12,10
Saneamento	102.817.577,00	16,15
Transportes	306.887.790,00	46,42
Outros	14.231.729,00	2,26
TOTAL	848.825.347,00	100,00

Produção por estradas - ERVRLS  
(março/75 à março/78)

Ribeira

Salinho

Catas Altas

Caraça

Iiha Rasa

Itapirapua

Itapirapua/Rib. da Varzea

Catas Altas/Itapirapua

Maringá

Ribeirão da Varzea/Maringá

Perimetro Urbano

Itapirapua/Rib. da Varzea/Cap. do Bom

Jesus

Pronto-Socorro

Apiaí

Itaóca

Porto da Balsa

Pavão

Caraça

Muro Agudo

Chapeuzinho

Gramado

Urbana

Barra do Chapéu

Bom Retiro

Bom Retiro/div. do Ribeira

Barra do Chapéu/Rio Chapéu/Chapeuzinho

Barra do Chapéu/Chapeuzinho

Barra do Chapéu/Campo Grande  
Barra do Chapéu/Pinhão  
Perimetro Urbano

Iporanga

Iporanga/Barra do Turvo

Iporanga/André Lopes

Espirito Santo

Pavão

Iporanga

André Lopes

Camhoá

Iporanga/Rio das Pedras

Descalvado

Perimetro Urbano

Barra do Turvo

Reginaldo

Barra do Turvo/R. Vermelho

Barra do Turvo/Iporanga

Rio Vermelho

Perimetro Urbano

Eldorado

Itapeuna/Turvo

Caacanga

Cristovão

Est. Velha do Caacanga

Itapeuna/Cajati

Lesina

Areadinho

Simões

Pedrosa

Estadua/Turvo do Etá

Perimetro Urbano

Jacupiranga

Cajati/Turvo

Cajati/Barra do Azeite

Areia Preta/Bico de Pato

Cajati/Turvo

Cajati/Capoavinha

Pindaíba

Quarau

Ex. Colônia/Guarau

Pindaíba/Ex. Colônia

Perimetro Urbano

Cananéia

Itapitanguá/Arn

Itapitanguá/Jacupiranga

Ex. Colônia/Guarau

Sete Barras

8.ª Gleba da Colonização

Barra do Juquiá

Areado/Etá

Ramal Dois Irmãosinhos

Sarbadela

Conchal

Dois Irmãos

Areado

Laranjeira

Fornosa

Ramal Sarbadela

Quilombo

Hidénche Nomura

Sete Barras/Juquiá

Raposa

Perimetro Urbano

Acesso à Cascatheira

Barra do Juquiá/S. Barras

Parquera-Açu

Bairro Alto

Menafo

Senacki Dantas

Estação Experimental

Tanque

Ramal do Tanque

Barra do Jacupiranga

Braço Preto

Parquera Abaixo

XV de Novembro

Braço Magro

Angatuba

Holowate

Ramal Holowate

Ramal Braço Preto

Carlos Bertoni

Ramal Carlos Bertoni

Parquera Mirim

Perimetro Urbano

CEDAVAL

Florão

Ramal Menelco

Registro

Guavirua

Estaleiro

Registro/Ba. do Jacupiranga

Mineração

São Domingos

BR-116/Guavirua

Boa Vista

Caacanga

Tacuaruçu

Ligação Capinzal/Caacanga

Capinzal

Barraburra

Casas Populares

Rib. de Registro

Duas Helenas

Capinzal/Banespa

Perimetro Urbano

Juquiá

Rio Fundo

Purva

Bambú Amarelo

Colonização

Iporanga

J. Pererra

Soc. Amigos do Assungui

Dr. Herbert

Aranha

Pauso Alto de Cima

Ramal Pouso Alto de Cima  
Peropava  
Pouso Alto de Baixo  
Aronso  
Pé da Serra em Cedro  
Perimetro Urbano  
Ramal dos Alonsos

#### Iguapé

Jaeré  
Pé da Serra  
Varela  
Paraíso  
Peropava  
Shizuma  
Tucuna

#### Tapiraí

Colônia do Chá  
Mines Belchior  
Travessão  
Rio Bonito  
Guamiranga  
Fazenda Velha  
Guaramirim  
Turvo  
Alcorno  
Juquazinho  
Ligação Faz. Velha/Belchior  
Apl.  
Perimetro Urbano  
Mário Agostini  
Estrada do Chá

#### Miracatu

C. B. A.  
Painelas  
Bengala  
Biguazinho  
Barra Funda  
Escola da Barra Funda  
Morais  
Engenho

Fano  
Musócea  
Zacarias  
Fau  
Fau/Biguazinho  
Perimetro Urbano

#### Juquitiba

Fischer  
Paulino Bueno  
Podra Lisa  
Soares  
Padre Xavier  
Cafezal  
Camiranga  
Casalheira  
Tupi  
Cachoeira Franca  
Escola da Estrada do Fischer  
Tertuliano  
Sao Sebastiao  
Camargo  
Manacé  
Pte. da Estrada do Soturno  
Engano  
Senhorinha  
Soturno  
Sarna  
Veneno

#### Itapeccerica da Serra (Distrito de S. Lourenço)

Estradas dos Pratas  
Galvão  
Barrinha

Produção por estradas - ERBS  
(março/75 à março/79)

#### Pedra de Toledo

Caracol  
Ponto

Mariano  
Rio do Peixe  
Braço do Meio  
Moinho  
Caracol/Sta. Rita  
Escola Braço do Meio  
Manuel da Nobrega  
Três Barras  
Antiga Estarval  
Pronto Socorro  
Água Parada  
Rib. do Luiz I  
Jardim Cayú  
Santa Rita  
Rib. do Luiz II  
Perimetro Urbano  
Taquaruçu  
Amoreira

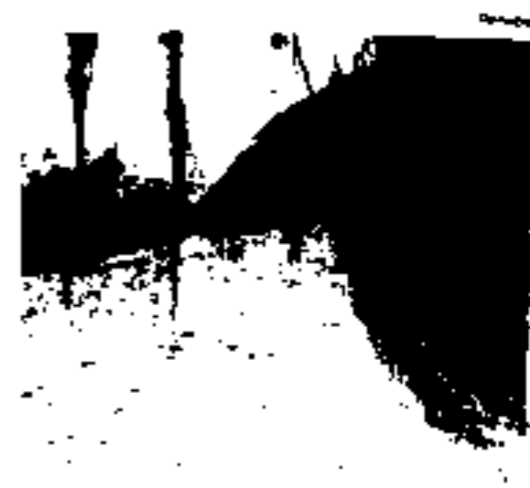
#### Itariri

Taquaruçu  
Ramal Taquaruçu  
Lontra  
Areia Branca  
Ramal Braço Feio  
Raposos Tavares/Caixa D'Água  
Ramal Bom Jardim  
Wright  
Ana Dias  
Três Barras  
Rio do Azeite  
Anta Gorda  
Casalheira  
Alto Guanhanhã  
Rati  
Ramal Anta Gorda  
Portão Preto  
Ramal Areia Branca  
Bemvindo  
Braço Feio  
Pronto Socorro  
Ligação Taquaruçu/Lontra  
Laranja Azeda  
Aranhã

Laranjeiras  
Mundo Novo  
Guanhanhã  
Rib. Fundo  
Ramal Novo Mundo  
Ramal Raposo Tavares  
Praça de Esportes  
Ramal Braço Bonito  
Ramal Três Barras  
Perimetro Urbano  
Ramal Aranhã  
Ramal Laranjaí.

#### Peruíbe

Bambú  
Guarani/Est. do Una  
Guaibã  
Guanhanhã  
Caraguatã  
Ponte Guarani  
Dirceu  
Flora  
Matão  
Rio Baranã  
Rio do Ouro  
Bambú Mirim  
Angote  
Via Iguape



Adeia dos Índios  
Praia do Una  
Perimetro Urbano  
Bambú Acima

#### Itanhaém

Rio Branco  
Mambú  
Ramal  
Rio Preto  
Acampamento  
Belas Artes  
Dique  
Jardim Coronel  
Enrocamento da Foz do Rio Itanhaém  
Perimetro Urbano  
Raminho  
Clube dos Tenentes

#### Mongaguá

Itaguá  
Urbana  
Cidade Alta  
Agenor de Campos  
Perimetro Urbano

#### Praia Grande

Perimetro Urbano

#### Guarujá

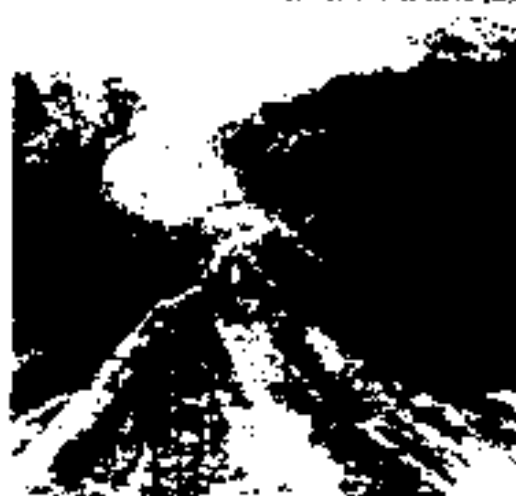
Guarubá/N.S. dos Navegantes

Produção por estradas - ERLN  
(março/75 à março/79)

#### São Sebastião

R.P. Minim  
Córrego  
Córrego da Enseada  
Rio L. do Quilombo  
Garganta Maresias

Praia - Acampamento na praia



Rio Viela Sanitária  
Enseada  
Maresias  
Pauba  
Praia das Cigarras  
Pe. Faustini  
Jaraguá Ramal II  
Yoshio Matsuyama  
Getulha  
Microondas Telesp  
Benedito Ferreira  
Solaia

Gaihetas  
Boicunanga  
Camburi  
Barra do Sahy  
Baleia  
Faz. São José  
Peavú  
Antiga SP-55  
Sertãozinho  
Pauba - Sertão  
Juquei  
Ponto de São Sebastião  
Fazenda Abras do Una  
Barra do Una  
Sítio São Tomé

Sítio Onuma  
Corisco e Hamais  
Pauba - Praia  
Bom Princípio  
Beira do Louro  
Antiga São Sebastião/Bertioga  
Perimetro Urbano  
Ligação BH 1011/SP-55  
Joco Onuma  
Divisa  
Dario  
Benedito F. Silva  
Amância  
Ponta do Sahy  
Jardim do Forte (campo de futebol)

#### Ilhabela

Ponta das Canas  
Água Branca  
Castelhanos  
Toca  
Borritos  
Itaguacú  
Itapeçerica  
Barra Velha  
Perequê  
Bexiga

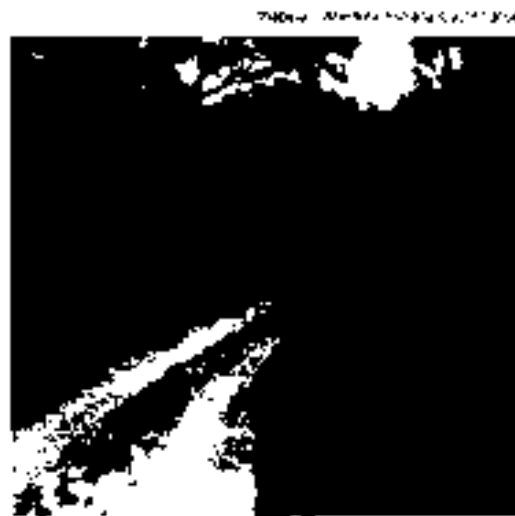
Praia - abertura da enseada de Guarujá



Portinho  
Ferreira  
Praia do Viana  
Ponte Castellhanos  
Ponta Norte (Perimetral)  
Ponta Sul  
Pier de Ilhabela  
Perimetro Urbano

#### Caraguatatuba

Travessão  
Guaxinduba  
Jaraguá - Ramal I  
Rio Perequê - Mirim  
Rio Bromadinho  
Jaraguá - Tronco  
Jaraguá - Ramal II  
Jaraguá - Ramal III  
Tourinhos  
Prassununga  
Morro do Algodão  
Rio do Ouro  
Porto Novo  
Getuba  
Massaguassi  
Tabatinga  
Canto Galo  
Adufara  
Rio Casqueiro  
Vapapésca  
Mirante  
Benedito Josino  
Granja  
Casa Branca Barra  
Praia Marlim de São  
Lixeiro  
Mangueirão  
Horto Florestal  
Sítio Disparada  
Praia Brava  
Sekki Yashimoto  
Furykawa  
Shibata



Kamiyama  
 Nojima/João do Itê  
 Pedro Estevão  
 Salto  
 Morgado  
 João do Itê  
 Morro do Queirozene  
 Casa Branca  
 Garden Mar  
 Jaraguá - Ramal IV  
 Jaraguá - Ramal V  
 Emídio  
 Sítio Matsumoto e Uno  
 Sítio do Sr. Luiz  
 Dario  
 Japonês das Flores  
 Oara  
 Abra de Dentro  
 Divisa  
 Domiciano  
 Nobuico Nishikawa  
 Flexeiras  
 Pau d'Alho  
 Sumaré  
 Ponte do Rio Lagoa  
 Perimetro Urbano

Ubatuba  
 Ponta Grossa Ramal I  
 Rio das Pedras  
 Rio Escuro  
 Porto  
 Tabatinga  
 Casandoca  
 Sertão da Ouna  
 Fortaleza  
 Sertão da Quebra Pé  
 Lázaro  
 Saco da Ribeira  
 Sununga



Itamambuca  
 Corcovado  
 Folha Seca  
 Pinguaba  
 Estula  
 Rio Tabatinga  
 Estrada dos Padres  
 Promim  
 Sertão da Ouna  
 Adutora  
 Ubatumirim - Sertão  
 Cachoeira Ipiranguinha  
 Sertão do Ingá  
 Faguaral  
 Maratunga  
 Praia das Toninhas  
 Maranduba  
 Fugio Iwar  
 Camburi  
 Kashuo Ohashi  
 Fazenda Canibucá  
 Ubatumirim - Praia  
 Fazenda Caixa Praia  
 Rio Acaraú  
 Sertão do Arariba  
 Sertão do Ailton  
 Fazenda Lambaú  
 Puruba - Sertão  
 Simão Famosa  
 Fazenda Banessa  
 Praia do Tenório  
 Praia Grande  
 Praia do Lázaro  
 Sifop  
 Praia da Ribeira  
 Saco da Ribeira/Sununga  
 Sítio Paraná  
 Kushima Kamiyama  
 Praia do Pulso  
 Poço do Bagre  
 Anastão  
 Ramal Anastão  
 Perequê - Mirim  
 Perimetro Urbano



EMPRESA OPRON DO ETABO S/A - MESE

LÃO PAULO - SP

001

Acervo Paulo Egydio Martins



0044001200000012

Caixa / Pasta / Doc.